

Guia para a Gestão Estratégica

da Região de Lisboa e Vale do Tejo

2002|2006

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Ficha Técnica

Guia para a Gestão Estratégica

Edição

**Comissão de Coordenação
da Região de Lisboa e Vale do Tejo**

Coordenação

António Fonseca Ferreira

Coordenação Operacional

**Isabel Sousa Lobo
João Afonso**

Equipa Externa / Peritos

**Augusto Mateus
Isabel Guerra
João Ferrão
João Paulo Bessa
Luís Jorge Bruno Soares
Manuel Laranja
Paulo Madruga
Vanessa de Sousa**

Colaboração Interna

**António Marques
Isabel Carvalho
Moura de Campos
Rui Gonçalves**

Apoio Técnico

Gabinete de Apoio à Presidência

Design e Paginação

Ana Garcia (capa)
Paulo Fernandes (miolo)

ISBN: 972-9163-77-4

Depósito Legal 182934/02

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Morada

Rua Artilharia Um, 33 1269-145 Lisboa

Telefone

21 387 55 41

Fax

21 383 12 92

Endereço Internet

<http://www.ccr-lvt.pt>

Impressão

**Comissão de Coordenação
da Região de Lisboa e Vale do Tejo**

Tiragem

800 exemplares

Data

Junho de 2002

A Gestão do Desenvolvimento Regional

No âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), a Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo promoveu uma profunda reflexão sobre a Região e um amplo processo de participação visando a elaboração de uma Estratégia Territorial de mudança e desenvolvimento. Suportada na colaboração de um valioso e diversificado núcleo de especialistas, e contando com a disponibilidade activa dos agentes da Região, definiram-se os objectivos e rumos a prosseguir, bem como as acções e projectos a realizar para alcançar progressos qualitativos na competitividade regional e nos padrões de vida das pessoas que aqui residem e trabalham, visando atingir, até 2010, o nível médio dos países europeus mais desenvolvidos.

Para a realização desta ambição de qualificação das pessoas, das organizações e do território desenhou-se um projecto, que se traduziu no Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PERLVT). A formulação da estratégia regional aí apresentada aponta três grandes eixos estratégicos, desdobrados em objectivos, e traduzidos em programas e projectos concretos.

O sucesso desta missão, passa pela gestão eficiente da execução do Plano, pela sua concretização, designadamente no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio. Os Fundos Estruturais têm apoiado a modernização das estruturas económicas, sociais e institucionais da Região e contribuído fortemente para a redução das disparidades intra-regionais e para o aumento da coesão entre as várias sub-regiões que a integram. Assim, o Plano Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) revela-se um instrumento fundamental para a concretização da estratégia de desenvolvimento regional.

Ultrapassadas as fases de planeamento estratégico e de programação operacional, a CCRLVT enfrenta, agora, o desafio de liderar eficazmente a aplicação destes instrumentos. A implementação, a partir de 2001, de um sistema para a gestão estratégica do desenvolvimento económico, social e territorial da RLVT assenta numa metodologia inovadora, já iniciada com a elaboração do PERLVT.

O projecto "Gestão Estratégica da RLVT" que agora apresentamos, é realizado por uma equipa de especialistas em três domínios de monitorização (Território, Pessoas e Organizações), tendo por função apreciar a coerência das estratégias e dos objectivos seleccionados de acordo com as características das populações, das sub-regiões e dos agentes económicos e sociais, e avaliar os efeitos e impactos resultantes das acções desenvolvidas.

Trata-se de um projecto inovador e indispensável, que tem como objectivo imediato melhorar os processos de decisão e também de aprofundar as dinâmicas sociais, económicas e territoriais sobre as quais se intervêm. Através da comparação dos resultados com os objectivos, poder-se-á aferir da necessidade de as corrigir face às alterações ou desvios, bem como tomar medidas correctivas de forma a que os objectivos sejam atingidos num ambiente de complexidade e incerteza, este tipo de procedimentos é essencial para redefinir e reajustar o caminho a seguir para o progresso desejável e possível para a Região.

Serve o presente Guia para a apresentação das metodologias seleccionadas e das questões específicas que permitem que as intervenções do PERLVT e do PORLVT sejam apreciadas, acompanhadas e avaliadas detalhadamente. Traçam-se aqui as linhas orientadoras para uma avaliação das realizações, resultados e impactes produzidos na Região, comparando aquilo que foi realizado com o que estava planeado (eficácia) e com os recursos utilizados (eficiência).



António Fonseca Ferreira
Presidente da CCRLVT

Índice

A	■ Introdução	6
	■ Fundamentação do Projecto	6
	■ Objectivos	7
B	■ Monitorização da Gestão Estratégica da RLVT	
B.1	■ O que é a Monitorização?	8
B.2	■ Domínios de Monitorização	10
B.2.1	■ Domínio Território	10
	■ Enquadramento teórico	10
	■ Dimensões de análise	11
B.2.2	■ Domínio Pessoas	14
	■ Enquadramento teórico	14
	■ Dimensões de análise	15
B.2.3	■ Domínio Organizações	18
B.2.3.1	■ Competitividade da Base Económica, Dinâmica Empresarial, Especialização das Actividades e Internacionalização	19
	■ Enquadramento teórico	19
	■ Dimensões de análise	21
B.2.3.2	■ Inovação	24
	■ Enquadramento teórico	24
	■ Dimensões de análise	25
C	■ Dimensões de Análise da Gestão Estratégica	
C.1	■ Grandes Eixos de Análise	28
C.2	■ Matriz Geral de Dimensões de Análise	30
C.3	■ Matriz Geral de Indicadores	36
D	■ Metodologia	50
E	■ Faseamento	52
F	■ Glossário de Termos	54
G	■ Anexos	62

A | Introdução

Fundamentação do Projecto

No quadro da elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), a Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CRLVT) promoveu uma profunda reflexão estratégica sobre a Região e um amplo processo de participação que permitiu a elaboração de uma Estratégia Territorial de mudança e desenvolvimento. **O Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PERLVT)**, fruto desse trabalho, apresenta uma síntese dos diagnósticos realizados, os objectivos e rumos a prosseguir, bem como as acções e projectos a realizar para alcançar progressos qualitativos na competitividade regional e nos padrões de vida das pessoas que residem e trabalham na Região.

O processo de elaboração do PERLVT, que foi apresentado publicamente em Janeiro de 2000, constituiu uma experiência singular ao nível de:

- ◆ reflexão e equacionamento estratégico para o desenvolvimento regional;
- ◆ envolvimento e mobilização dos actores;
- ◆ novo relacionamento entre níveis da administração pública, e entre esta e a sociedade civil;
- ◆ iniciativa dinâmica de uma entidade da administração pública – a CCRLVT.

Este processo deixou "lastro" e teve consequências na configuração do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) do III Quadro Comunitário de Apoio (QCAIII) (ainda que condicionada pelo "modelo nacional") e particularmente no processo de negociação e aprovação por Bruxelas do Programa Operacional.

O caminho decisivo para o sucesso desta missão passa pela gestão eficiente da execução do PORLVT, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

A CCRLVT questionou-se sobre como prosseguir e aprofundar esta estratégia ao nível da gestão do processo de desenvolvimento da Região: que modelos de gestão? que instrumentos? que estrutura(s) organizativa(s) e de participação?

A gestão estratégica do processo de desenvolvimento da Região levou a CCRLVT a ensaiar um modelo de gestão estratégica – desígnio inovador em termos nacionais e europeus – assente em "domínios" e "sub-regiões" chave, como se apresenta no seguinte esquema:

Objectivos do Projecto

Os grandes objectivos do projecto são:

- ◆ Ensaiar a aplicação de um modelo de gestão estratégica da RLVT através da definição de metas quantificadas e indicadores por objectivos, para os referidos domínios e sub-regiões.
- ◆ Monitorizar e avaliar a execução do PERLVT (Eixos prioritários, objectivos, sub-objectivos), em articulação com o PORLVT.
- ◆ Formular propostas de medidas correctoras e de reforço das "boas práticas" face aos resultados obtidos.



B | Monitorização da Gestão

B.1

O que é a Monitorização?

Monitorizar a gestão estratégica da Região é desenvolver um trabalho de assistência técnica às funções de Acompanhamento e Avaliação do Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PERLVT), relacionando-o com a execução do III Quadro Comunitário de Apoio, nomeadamente no âmbito do PORLVT.

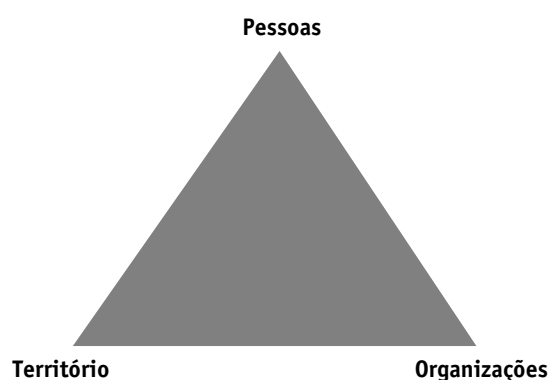
A monitorização da gestão estratégica da Região será desenvolvida com base nas seguintes orientações:

◆ Privilegiar as dimensões de “pertinência” e “eficácia” da estratégia, montando uma plataforma mínima e realista de acompanhamento¹, inspirada nas metodologias de avaliação “on going”² (monitorização das acções, análise da realidade e comparação da evolução face à situação de partida e aos objectivos traçados com base numa bateria de indicadores). Procurar-se-á, deste modo, fornecer indicações úteis e atempadas sobre dois pontos essenciais, a saber:

1) mantém a estratégia definida a pertinência inicial ou, ao contrário, as mudanças internas e externas, bem como as lições da experiência, exigem uma alteração/adaptação dessa estratégia?

2) as acções e iniciativas lançadas constituem opções optimizadas – em termos dos seus efeitos directos, indirectos e induzidos – ou justificam-se correcções nos instrumentos de desenvolvimento da estratégia?

◆ Assentar o acompanhamento e a avaliação da gestão estratégica da RLVT num prisma analítico formado pelas três áreas-chave já identificadas no Plano Estratégico: território, pessoas e organizações.



Para estas áreas-chave, significativas para a avaliação e identificadas como domínios de monitorização, foram criadas equipas de peritos para trabalhar as questões a elas subjacentes.

◆ Construir um modelo de avaliação do Plano Estratégico da Região de acordo com os domínios de monitorização e as sub-regiões anteriormente definidas, incluindo:

- 1) construção de matrizes de recolha de informação;
- 2) apoio à elaboração de critérios para selecção dos estudos de caso, dos sensores e dos interlocutores privilegiados a entrevistar;
- 3) redacção de relatórios interpretativos com base na informação recolhida;
- 4) participação nas reuniões de trabalho da equipa de avaliação e nas reuniões públicas de apresentação de resultados

¹ Ver “Acompanhamento” no glossário de termos incluído neste documento

² Ver “Avaliação” e “Avaliação on going” no glossário de termos incluído neste documento

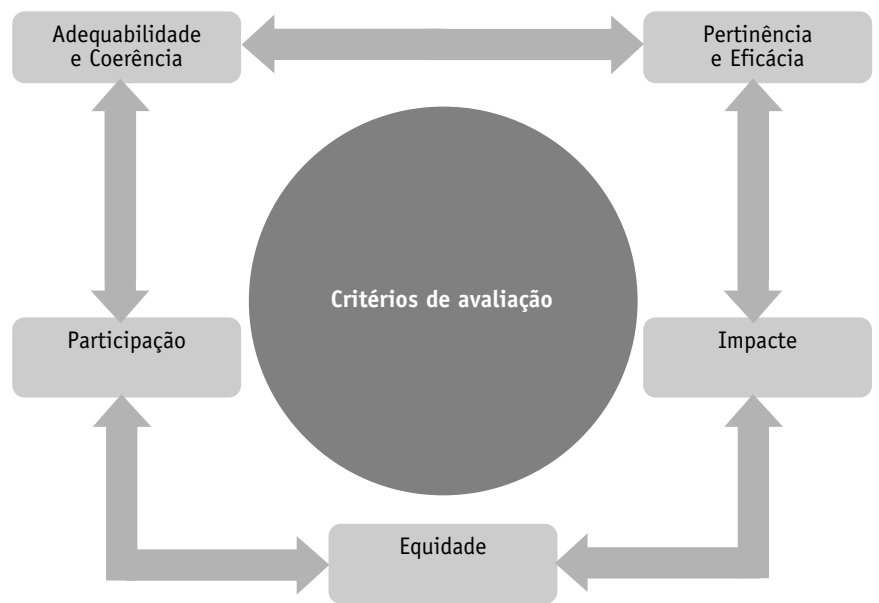
Estratégica da RLVT

Critérios e dimensões de avaliação

A escolha dos fenómenos pertinentes a avaliar e dos critérios e indicadores de avaliação, constitui uma questão central que depende não apenas da adopção de sub-equipas individuais e parcelares, mas também de uma lógica conjunta das várias equipas envolvidas na monitorização do PERLVT/ /PORLVT ³.

Diga-se, no entanto, que no terreno da avaliação não existe nunca uma única forma de avaliar e uma única escolha possível das dimensões e dos critérios de avaliação

Nesse sentido, apontam-se como critérios importantes de avaliação no âmbito do PERLVT os seguintes:



QUADRO 1

CRITÉRIOS	QUESTÕES
Avaliação de adequabilidade Adequabilidade e Coerência	Pretende-se averiguar a interacção entre o diagnóstico e os objectivos: entre os objectivos e sub-objectivos do Plano Estratégico da Região (PERLVT) e as medidas operacionais estabelecidas entre os diferentes programas operacionais para a região (PO)
Avaliação de realização Pertinência e Eficácia	Pretende-se verificar a relação entre os resultados previstos e os efectivamente concretizados, considerando os elementos processuais que potencialmente decorrem da correcção de programas ao longo do tempo. Esta é uma dimensão central, na medida em que se trata de uma avaliação de objectivos centrada fundamentalmente em indicadores de resultado.
Avaliação processual Participação	Pretende-se dar conta das formas de participação e adesão dos actores envolvidos, identificando conflitos e consensualidades, incluindo a eficácia de gestão do processo. Esta dimensão engloba a avaliação do aumento de capacidade de liderança das regiões e sub-regiões.
Avaliação de impacte Avaliação de efeitos inesperados	Pretende-se avaliar efeitos e resultados previstos, quer benéficos quer perversos.
Avaliação de equidade	Pretende-se avaliar o impacte ao nível das formas de redistribuição social, considerando a igualdade de oportunidade no acesso aos benefícios das intervenções e os efeitos de "discriminação positiva" que visam aumentar os níveis de justiça social.

³ Dada a transversabilidade de algumas medidas, e dos próprios indicadores de medição dos seus impactes, compete à equipa central de avaliação a sua organização lógica



B.2 Domínios de Monitorização

B.2.1 Domínio Território

Enquadramento teórico

Não é fácil autonomizar o domínio “Território” num processo em que se pretende monitorizar o desenvolvimento de uma região, já que neste caso a dimensão espacial encontra-se presente na maioria dos aspectos a considerar. O Plano Estratégico da RLVT demarca, no entanto, este domínio de dois outros: “Pessoas” e “Organizações”. O domínio “Território” surge explicitamente associado a dois objectivos estratégicos, cuja concretização é vista como essencial para qualificar o desempenho das pessoas e das organizações:

- ◆ Uma nova concepção de organização e gestão do território (Objectivo estratégico A .1);
- ◆ Uma nova forma de criar oportunidades a partir do território (Objectivo estratégico A .2).

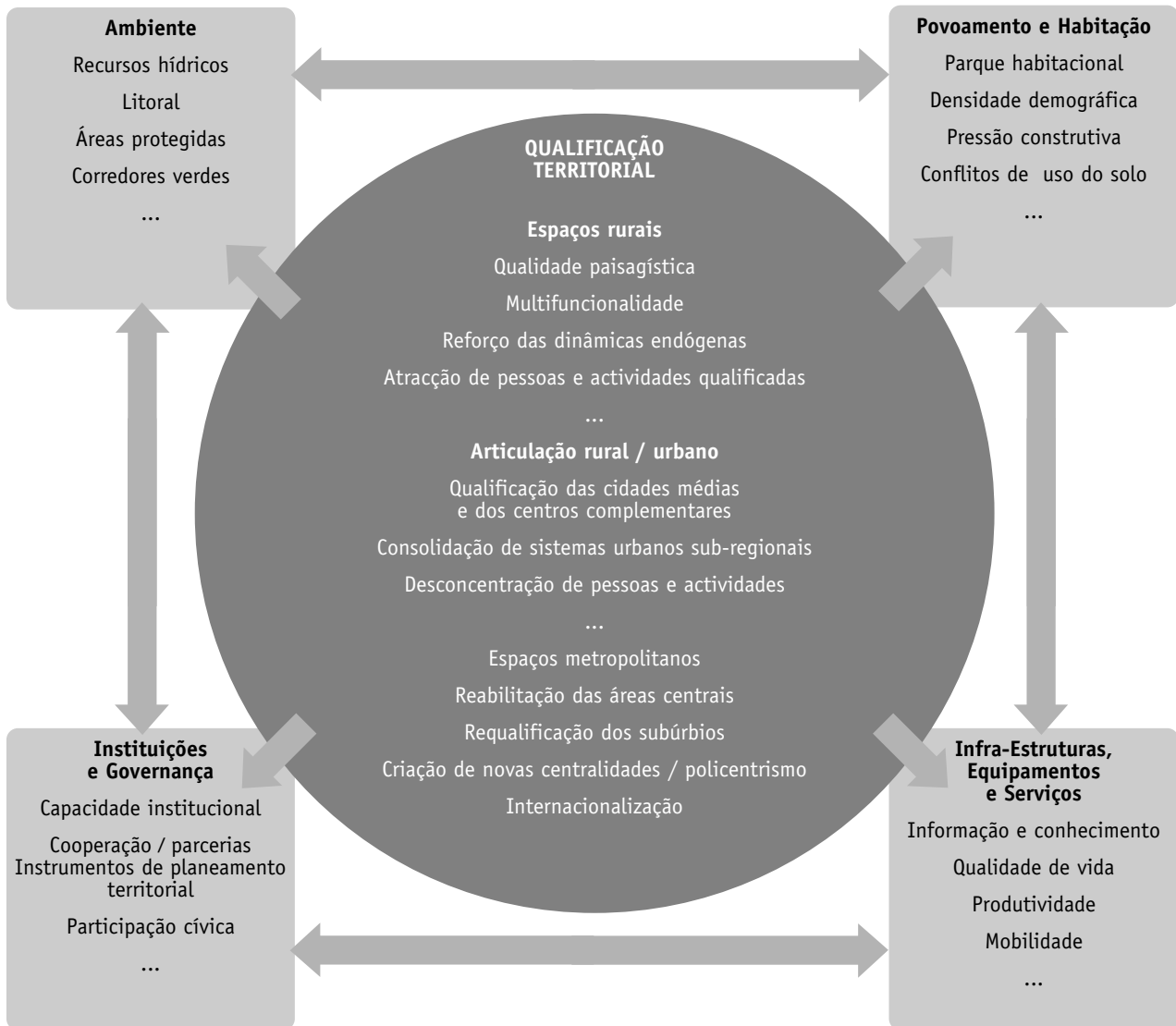
O território corresponde, assim, a um recurso de interesse colectivo que importa gerir de forma inteligente por duas razões principais: para precaver formas de ocupação e uso do solo que se revelem predadoras do ponto de vista ambiental, social e económico; para proporcionar às pessoas e às organizações novas oportunidades decorrentes do fácil acesso a externalidades positivas de proximidade.

O domínio “Território” deverá, por esta razão, integrar acções de preservação e conservação, por um lado, e de qualificação e valorização, pelo outro, que permitam reforçar as capacidades regionais de produzir e gerir recursos, capacidades e competências com valor estratégico para sustentar uma trajectória de desenvolvimento favorável e duradoura.

As acções a concretizar neste domínio procurarão contribuir para conciliar objectivos de coesão e de competitividade. No primeiro caso, minimizando as disparidades intra-regionais através de uma maior equidade de condições de acesso a infra-estruturas, equipamentos, actividades e serviços de interesse geral. No segundo caso, procurando tirar partido dos factores de distinção existentes no seio da Região. Combater as assimetrias e valorizar a diversidade constituem duas componentes indissociáveis das intervenções que visam qualificar o território da RLVT.

Na Figura que se segue representam-se esquematicamente as principais vias de qualificação territorial da RLVT, cujo objectivo último visa garantir a convergência real das suas várias sub-regiões com a média europeia.

Componentes principais de qualificação territorial da RLVT



Dimensões de análise

A monitorização estratégica do desenvolvimento da RLVT a partir do domínio "Território" encontra-se organizada em três dimensões de análise:

- ◆ Ordenamento do território
- ◆ Melhoria das condições de mobilidade e atracção
- ◆ Qualidade de vida

A **primeira dimensão** de análise inclui um conjunto variado de intervenções susceptíveis de serem agregadas em três sub-dimensões: *i)* conservação e preservação patrimonial; *ii)* organização do território; *iii)* gestão

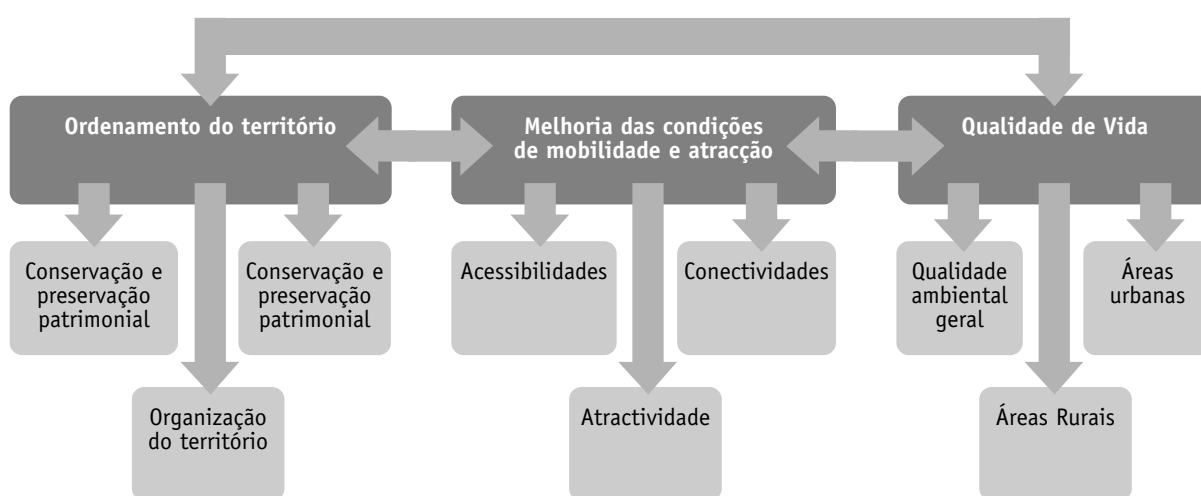
do território. Em todos estes casos, o ordenamento do território surge como a via mais adequada para conferir à RLVT um funcionamento sistémico globalmente mais sustentado, justo e eficiente. A consolidação de estruturas ecológicas de nível regional ou de soluções viárias mais reticulares, uma organização mais policêntrica dos espaços metropolitanos ou mais interactiva dos sistemas urbanos sub-regionais, ou ainda, noutra plano, a eficiente articulação entre políticas territoriais e sectoriais ou a capacitação de instituições de base regional, constituem exemplos dos resultados a atingir neste âmbito.

A **segunda dimensão** de análise cobre os aspectos relacionados com a mobilidade geográfica de pessoas, organizações e bens, tanto interna como externa à Região. Inclui, portanto, questões de diversas áreas, como os transportes, as acessibilidades, a logística ou as comu-

nicações. A melhoria das condições de mobilidade e atracção deverá traduzir-se pela intensificação, e sobretudo qualificação, dos fluxos internos e externos à Região, visando, no primeiro caso, o reforço da coesão interna da RLVT e, no segundo, um posicionamento mais competitivo ao nível nacional e internacional.

Finalmente, a **terceira dimensão** de análise procura captar processos de regeneração, conversão e valorização de espaços concretos, tanto de natureza rural como urbana. A qualificação ambiental urbana, a reabilitação sócio-urbanística dos subúrbios, a regeneração de centros históricos ou a revitalização de áreas rurais em declínio, ilustram aspectos a considerar no âmbito desta dimensão de análise.

Domínio "Território": articulação das dimensões e sub-dimensões de análise



No Quadro seguinte pode ver-se a relação existente entre cada uma das três dimensões analíticas do domínio "Território" e os dois primeiros objectivos estratégicos (e respectivos sub-objectivos) do PERLVT.

Quadro 2 Matriz de relação entre as dimensões de análise do domínio "Território" e os objectivos do PERLVT

PERLVT		DIMENSÕES DE ANÁLISE		
OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SUB-OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO	QUALIDADE DE VIDA
A.1 UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	A.1.1 Uma Região com qualidade ambiental: recursos hídricos, litoral e áreas protegidas	■	■	■
	A.1.3 Uma Região estruturada: uma metrópole com duas margens; espaços sub-regionais complementares e interactivos; uma nova combinação mobilidades/comunicações	■	■	
	A.1.4 Uma Região governável: participação, capacidade institucional, descentralização, partilha de responsabilidades	■		
A.2 UMA NOVA FORMA DE CRIAR OPORTUNIDADES A PARTIR DO TERRITÓRIO	A.2.1 Um mundo rural ambientalmente sustentável e multifuncional	■	■	■
	A.2.2 Um sistema de cidades qualitativamente competitivas	■	■	■

B.2.2

Domínio Pessoas

Enquadramento teórico

O contexto da monitorização do Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo no âmbito das Pessoas (Recursos Humanos e Coesão Social), é de particular importância por duas razões essenciais. Por um lado, a legitimação e transparência que os processos de avaliação permitem na interacção entre as instâncias de governação e o seu público e, por outro lado, a importância crescente e a visibilidade política das dimensões Recursos Humanos e Coesão Social na sociedade moderna.

De facto, as dimensões Pessoas, apresentam-se hoje como **dimensões transversais** simultaneamente económicas e sociais, sem que as fronteiras entre elas se apresentem de forma clara. Sabemos, no entanto, como o desenvolvimento pode não ser igualmente repartido e como as medidas e os programas podem desequilibrar os frágeis equilíbrios da sociedade actual.

Podemos, assim, resumir os interesses da avaliação de impactes sociais:

- ◆ analisar os impactes de políticas, planos e programas nos processos de equidade social;
- ◆ analisar os impactes de políticas, planos e programas nos processos de desenvolvimento e autonomia das comunidades, através do alargamento da participação democrática nas decisões;
- ◆ fornecer informações que suportem as decisões a favor do bem-estar social traduzido no máximo de benefícios para o máximo de pessoas;
- ◆ identificar “efeitos perversos” ou factores de vulnerabilidade face aos processo de mudança social que estão a ser desencadeados pelos programas em causa.

No entanto, as dificuldades de realização das avaliações advêm, em larga medida, das bases de enquadramento teórico em que se situam os contextos de uma avaliação social. Para elaborar uma base teórica que permita fundamentar uma estrutura de avaliação social, nomeadamente na área da coesão social e emprego, há necessidade de recorrer a diversas disciplinas científicas e a uma grande diversidade de conceitos. Essa fundamentação deveria partir da articulação de conceitos tão diversos como o de necessidades sociais, desenvolvimento económico e social, empregabilidade, qualidade de vida, exclusão social, etc..

As dificuldades de encontrar as bases científicas para uma “teoria da avaliação social” advêm, em primeiro lugar, da complexidade das variáveis que influenciam os fenómenos sociais, que torna difícil detectar as causalidades indispensáveis a uma avaliação dos impactos sociais, bem como da dificuldade, senão mesmo impossibilidade, da previsão de fenómenos sociais.

Nesta complexidade torna-se indispensável aceitar como premissas:

- ◆ monitorização de processos e impactes sociais é *uma forma de aprendizagem colectiva passível de múltiplos pontos de vista* que só pode ser realizada em contextos de multidisciplinaridade;
- ◆ o conhecimento que advém da monitorização dos processos de intervenção social consiste em aproximações ao conhecimento, *sendo sempre parcial e relativo*;
- ◆ há contradições inerentes aos objectivos dos processos de desenvolvimento que assentam *na não linearidade da relação entre as várias esferas do social: o económico, o cultural, o ambiental, etc.* e compete à avaliação dar conta dessa complexidade e dessas contradições;
- ◆ uma boa avaliação é aquela que garante *clareza de pressupostos, eficácia nos meios e métodos de recolha de informação e diversidade de pontos de vista*;
- ◆ a equidade nos projectos públicos mede-se pela capacidade de *fornecer o máximo de vantagens para o máximo de pessoas*.

Dimensões de análise

As dimensões de análise, tal como os critérios, dependem não apenas dos referenciais de avaliação (sendo estes um resultado da relação entre o diagnóstico e os objectivos na tentativa de “interpretar” as dinâmicas sociais sobre as quais se pretende intervir), mas também de opções estratégicas ditadas pelo pragmatismo e pelos recursos disponíveis.

Os questionamentos de base que estruturam a avaliação na dimensão Pessoas são os seguintes:

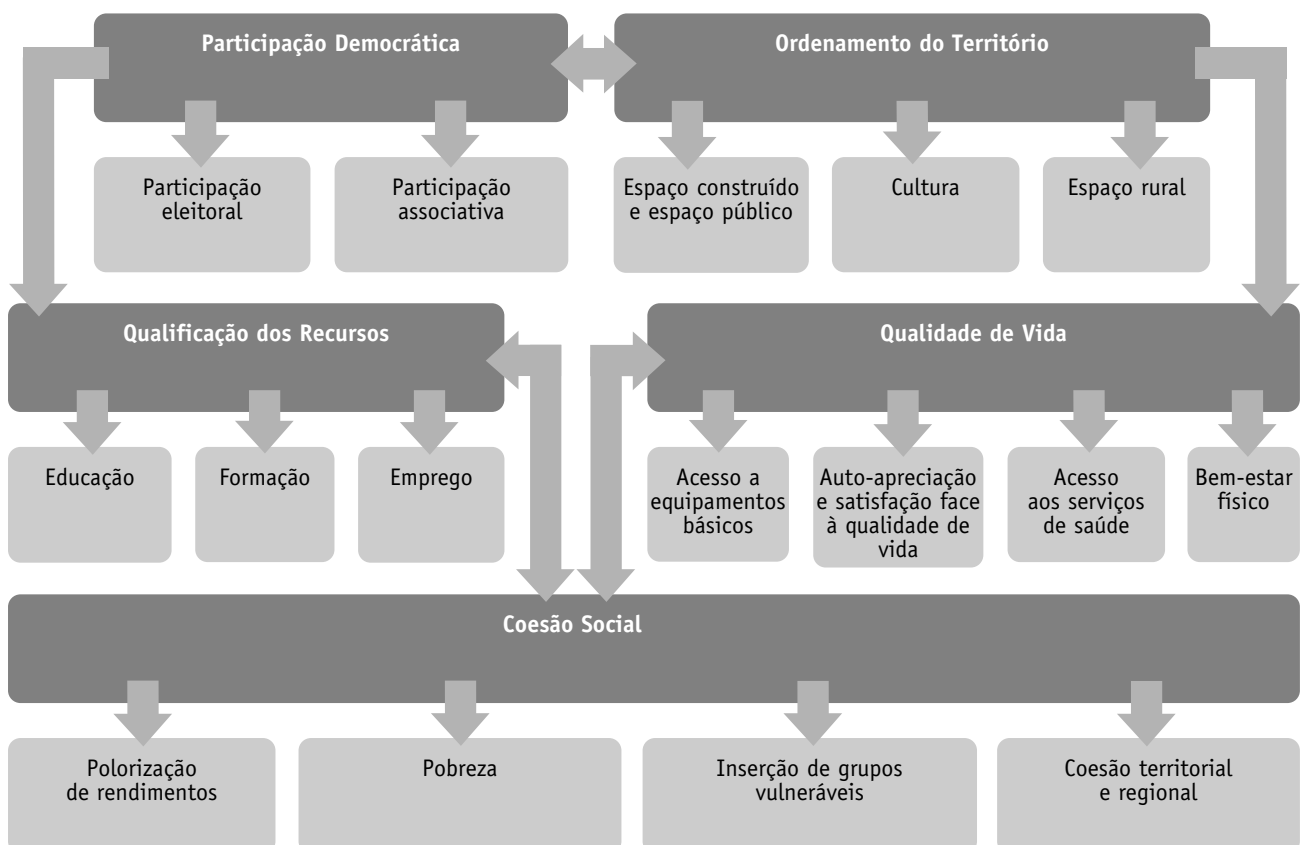
◆ As políticas e acções definidas **estão a promover maior igualdade social**, isto é, ao aproximar os recursos e as oportunidades dos mais desfavorecidos em relação aos que têm melhores níveis de vida?

◆ As políticas e acções definidas **estão a aumentar a qualidade de vida** em termos médios?

◆ As políticas e acções definidas **estão a promover a qualificação dos recursos humanos e a aumentar o emprego**?

A análise da relação entre os objectivos do Plano Estratégico da Região e as propostas de intervenção dos Programas Operacionais no âmbito das questões Pessoas: Recursos Humanos e Coesão Social, permitiu identificar como principais dimensões e sub-dimensões de análise para responder a esses questionamentos, as seguintes:

Domínio “Pessoas”: articulação das dimensões e sub-dimensões de análise



1) Participação Democrática

Pretende-se aferir o aumento das formas de participação através da:

- 1.1) Participação eleitoral
- 1.2) Participação associativa

2) Qualificação dos Recursos Humanos

Os recursos humanos são considerados o maior recurso da Região e o seu desenvolvimento faz-se através de processos longos de escolarização, de imbricação estreita entre esta e a formação profissional. Como é indispensável valoriza-se ainda a dimensão emprego, nas suas dimensões quantitativas mas, também, qualitativas. Estruturam-se, assim, indicadores que avaliam:

- 2.1) Educação
- 2.2) Formação
- 2.3) Emprego

3) Ordenamento do Território

Pretende-se averiguar o aumento da equidade no acesso e uso das infra-estruturas territoriais em três dimensões fundamentais: espaço construído (habitat, urbanização e espaço público); espaço rural e, sobretudo, grupos tradicionalmente com maiores dificuldades de acesso:

- 3.1) Espaço construído e espaço público
- 3.2) Espaço rural
- 3.3) Cultura

4) Qualidade de Vida

Pretende-se aferir o aumento da qualidade de vida promovido pelos investimentos no desenvolvimento local em 4 sub-dimensões estruturantes:

- 4.1) Bem-estar físico
- 4.2) Acesso a equipamentos básicos
- 4.3) Acesso aos serviços de saúde
- 4.4) Auto-apreciação e satisfação face à qualidade de vida (por questionário à população)

5) Coesão Social

A dimensão de análise da coesão social funciona como uma dimensão-síntese de equidade, isto é, procura medir se o desenvolvimento local pretendido é (ou não) acompanhado pelas dimensões de reforço da igualdade social e, portanto, pela redução das polarizações. São 4 as sub-dimensões privilegiadas:

- 5.1) Polarização dos rendimentos
- 5.2) Pobreza
- 5.3) Coesão territorial e regional
- 5.4) Inserção de grupos vulneráveis

A relação entre as dimensões de análise que se pretendem utilizar no acompanhamento do domínio Pessoas e os objectivos e sub-objectivos do PERLVT encontra-se especificada no quadro seguinte:

Quadro 3 Matriz de relação entre as dimensões de análise do domínio "Pessoas" e os objectivos do PERLVT

PERLVT		DIMENSÕES DE ANÁLISE				
OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SUB-OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	1. PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	2. QUALIFICAÇÃO RECURSOS HUMANOS	3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	4. QUALIDADE DE VIDA	5. COESÃO SOCIAL
A.1. UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	A.1.2 Uma Região socialmente justa: a equidade territorial como vector de coesão social		■	■	■	■
	A.1.3 Uma Região estruturada: uma metrópole com duas margens; espaços sub-regionais complementares e interactivos; uma combinação mobilidades/comunicações				■	
	A.1.4 Uma Região governável: participação, capacidade institucional, descentralização, partilha de responsabilidades		■		■	

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

PERLVT		DIMENSÕES DE ANÁLISE				
OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SUB-OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	1. PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	2. QUALIFICAÇÃO RECURSOS HUMANOS	3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	4. QUALIDADE DE VIDA	5. COESÃO SOCIAL
A.2. UMA NOVA FORMA DE CRIAR OPORTUNIDADES A PARTIR DO TERRITÓRIO	A.2.1 Um mundo rural ambientalmente sustentável e multi-funcional			■		
	A.2.2 Um sistema de cidades qualitativamente competitivas			■		
	A.2.3 Valorização do conhecimento, da cultura e das identidades, que qualifique as pessoas e reforce os laços de proximidade			■		
	A.2.4 Dinamização e reconversão da base económica local que qualifique a iniciativa empresarial e o emprego		■	■		■
B.1. UMA RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA	B.1.1 Valorizar a diversidade e a tolerância: fortalecer relações com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e com os países de origem das comunidades instaladas na Região			■		
	B.1.2 A cultura e as ideias, veículos privilegiados de aproximação: arte, investigação, cooperação, três domínios prioritários			■		
B.2. UMA RENOVAÇÃO DA VIDA SOCIAL	B.2.1 Atracção de quadros séniores: mudar a vida, manter-se activo					
	B.2.2 Turismo e saúde para os segmentos séniores: manter a vida, reforçar a convivialidade				■	■
C.1. UMA NOVA RELEVÂNCIA MUNDIAL	C.1.2 Um centro de competências internacionalmente reconhecido de ensino e formação em turismo/hotelaria e museologia		■	■	■	
	C.1.5 Um centro aglutinador de experiências e de instituições ao serviço da inovação, da valorização dos resultados da investigação e da atracção e apoio às iniciativas em risco		■	■	■	
	C.1.6 As telecomunicações como suporte essencial ao desenvolvimento de funções relevante		■	■	■	



B.2.3

Domínio Organizações

A assistência técnica ao processo de acompanhamento e avaliação da execução do Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PERLVT) e o seu relacionamento com a execução do III Quadro Comunitário de Apoio, no domínio Organizações, deverão ser estruturados em torno de dois sub-domínios:

- ◆ Competitividade da base económica, dinâmica empresarial, especialização das actividades e internacionalização;
 - ◆ Inovação e desenvolvimento tecnológico.
-

B.2.3.1

Domínio Organizações Sub-Domínio Competitividade da Base Económica, Dinâmica Empresarial, Especialização das Actividades e Internacionalização

Enquadramento teórico

No Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, o elemento orientador de uma estratégia de promoção da competitividade da base económica centra-se na promoção da uma economia forte, contribuindo decisivamente para que Portugal assuma um novo “modelo de desenvolvimento”, ao desempenhar um papel-chave nas transformações estruturais associadas a uma dinâmica de actividades qualificadora, organizando a competitividade a partir dos factores não-custo, como a qualidade, o *design*, o domínio da tecnologia, a propriedade industrial como mecanismo de protecção da diferenciação e a organização centrada nos recursos humanos.

Propõem-se diferentes formas de reforçar o processo de promoção da competitividade da base económica regional, nomeadamente através de:

- ◆ reforço e alargamento da cadeia de valor em fileiras de actividades, com base em pólos fortemente competitivos em termos internacionais, assegurando uma combinação de actividades convergentes, de conheci-

mentos e de competências, de projecção internacional e de inovação, aumentando o conteúdo em I&D e a capacidade de diferenciação nas indústrias e serviços, atraindo investimento externo e reforçando a criação endógena de novas empresas e grupos empresariais;


- ◆ orientação da acção dos poderes públicos e dos agentes privados para quatro grandes prioridades, devidamente contratualizadas, a saber: *a)* combinar adequadamente as lógicas de aglomeração e especialização de actividades; *b)* promover as actividades de alcance transversal no suporte à competitividade; *c)* desenvolver serviços financeiros inovadores e abertos ao investimento de risco; *d)* desenvolver agressivamente os serviços e as plataformas logísticas;

- ◆ diversificação de indústrias e serviços puxados por mercados dinâmicos, valorizando estrategicamente o papel do consumo de bens diferenciados e de qualidade superior, a relevância central das actividades de informação e comunicação, a função fertilizadora das actividades ligadas à saúde e as oportunidades das “fileiras” já presentes na RLVT, em busca de novos nós de valor acrescentado, nomeadamente no turismo/lazer, no automóvel/material de transporte, na construção/habitat e no agro-alimentar;

- ◆ ampliação da dinâmica de criação de empregos, potenciando a passagem progressiva de um modelo demasiado extensivo (mais do mesmo) para um modelo claramente intensivo (novas actividades e qualificações), melhorando o perfil da relação entre produtividade e remuneração do trabalho e favorecendo a mobilidade e a flexibilidade para reduzir o tempo de resposta aos estímulos da procura e otimizar os horários de trabalho, consumo e lazer;

- ◆ criação, com voluntarismo sustentado, de um ambiente favorável ao surgimento de novos agentes e iniciativas, com expressão privilegiada na capacidade empreendedora, na proliferação de serviços de apoio às empresas e na eliminação rápida das barreiras administrativas e fiscais a uma cultura de risco e de responsabilidade na sociedade civil;

- ◆ desenvolvimento de novas práticas de concorrência e cooperação, que permitam construir abertamente uma compatibilização entre actividades plenamente inseridas nos desafios dos mercados globalizados e actividades menos expostas, mais ancoradas no tecido económico-social nacional e regional, com maior potencial para associar, no curto prazo, crescimento económico e emprego.



Proposta de articulação entre Competitividade da Base Económica, Dinâmica Empresarial, Especialização das Actividades e Internacionalização

As componentes subjacentes ao sub-domínio da Competitividade da Base Económica, Dinâmica Empresarial, Especialização das Actividades e Internacionalização, da área de acompanhamento “Organizações”, apresentam fortes interligações entre si, já que, por um lado, a competitividade de uma região se encontra fortemente relacionada com o seu perfil de especialização produtiva e, por outro, um maior grau de abertura de uma economia e a sua capacidade de internacionalização estimulam os níveis de concorrência, encorajando o desenvolvimento de novos produtos e processos e melhorando a eficiência, de tal forma que as dimensões seleccionadas para o sub-domínio em questão deverão reflectir estas interligações.

De facto, a competitividade de um território relaciona-se com a especialização produtiva das empresas que o compõem, dado que um território só será competitivo se as empresas também o forem. Por outro lado, a dinâmica empresarial e o acréscimo de concorrência, quer seja das empresas domésticas quer seja das estrangeiras, pode estimular a eficiência, a inovação e a difusão de novas tecnologias, sendo possível, por via de um maior grau de abertura económica, o acesso a novos mercados e informação, incentivando-se, assim, o crescimento da eficiência e da produtividade.

A análise do grau de competitividade de uma região reveste-se, deste modo, de uma elevada complexidade dada a variedade de factores que influem na sua determinação. A *globalização* dos mercados coloca novos desafios às actividades económicas, cuja referência territorial se torna mais indefinida (ao nível da origem nacional dos produtos) e se estende para além das fronteiras nacionais (ao nível de problemas ambientais, que são enquadrados à escala mundial). Assim sendo, a competitividade de base territorial e a configuração das estratégias nacionais têm de ser enquadradas no contexto das realidades supranacionais e infranacionais, que tendem a afirmar-se como novos espaços económico-sociais.

Como a competitividade é um processo complexo, dinâmico e multi-dimensional não é possível definir uma medida única que forneça uma boa reflexão sobre o ambiente competitivo, sendo aconselhável a análise integrada de um conjunto de dimensões que incidem sobre este domínio. De uma forma geral, as abordagens de competitividade territorial têm optado por seguir uma de duas vias alternativas: (1) enfatizar o rendimento real *per capita* ou o crescimento da produtividade e (2) enfatizar a performance comercial.

A definição de dimensões de análise relacionadas com o sub-domínio da Competitividade da Base Económica, Dinâmica Empresarial, Especialização de Actividades e Internacionalização teve como ponto de partida uma perspectiva de abordagem da competitividade territorial composta por três eixos de análise (devidamente enquadrados com as interações existentes entre a estrutura de especialização produtiva e a capacidade de internacionalização da Região e a competitividade regional):

- i) apreciação do desempenho regional, relacionado com o nível de vida regional medido, por exemplo, por indicadores de produtividade e de dinâmica empresarial e de emprego;
- ii) avaliação da performance internacional da região, em termos de grau de abertura internacional e de capacidade de internacionalização;
- iii) análise do facto de a região estar, ou não, “a fazer o melhor que consegue”.

Deste modo, o conceito de competitividade baseado na primeira das três interpretações relaciona-se com a dinâmica económica regional e com o nível de vida, que pode ter como base a evolução do *PIB per capita*, decomposto no nível de produtividade e no nível de utilização de recursos humanos.

A segunda interpretação do conceito de competitividade relaciona-se com a avaliação da performance internacional da Região (competitividade internacional), quer seja em termos de comércio internacional e dinâmica de investimento, quer seja no que se refere ao grau de reconhecimento internacional de centros de competências e capacidades de gestão no âmbito das actividades internacionalizadas, bem como na capacidade de inovar, de melhorar a qualidade dos produtos e dos processos de produção e de tornar os produtos da Região mais atractivos no mercado internacional. Esta interpretação, dado que se relaciona com a performance inter-

nacional da Região, tem subjacente a estrutura de especialização regional e o potencial de projecção externa da Região.

A terceira interpretação do conceito de competitividade referente ao facto de um país estar, ou não, “a fazer o melhor que consegue”, relaciona-se com a capacidade da região para fazer a melhor utilização dos recursos disponíveis, bem como com a sua capacidade de os renovar de forma contínua e sustentada, ou seja, com os factores de crescimento da economia regional.

Assim sendo, o sub-domínio da Competitividade da Base Económica, Dinâmica Empresarial, Especialização de Actividades e Internacionalização pode ser analisado de forma a aferir o nível de vida regional, a sua performance internacional e a sua capacidade de utilização e de melhoramento contínuo dos recursos disponíveis, recorrendo para tal a uma decomposição do nível de competitividade territorial nas três interpretações acima mencionadas.

Dimensões de análise

A selecção das dimensões de análise referentes ao domínio da competitividade da base económica, dinâmica empresarial, especialização das actividades e internacionalização, tendo como base os três eixos de interpretações subjacentes ao domínio em questão, pode ser exposta com base na figura seguinte:



Esta metodologia assenta no pressuposto de que numa economia em constante mudança, uma das chaves da competitividade resulta da combinação da flexibilidade com a adaptabilidade. Uma economia é flexível e adaptável se revelar capacidade para acumular e desenvolver rapidamente os recursos existentes a fim de alcançar determinados objectivos, esquecendo, deste modo, o antigo paradigma das vantagens comparativas estáticas e conferindo relevo à construção de vantagens competitivas dinâmicas.

Apesar da dotação e da natureza dos factores produtivos de um território exercerem influência nos níveis de competitividade, o sucesso competitivo é fundamentalmente determinado pela forma como os agentes e as organizações potenciam as condições existentes nesse território, e pela sua capacidade para desenvolverem canais de envolvimento activo nos mercados e para (re)criarem a qualidade e a quantidade dos recursos estratégicos.

As dimensões de análise que se pretendem utilizar no acompanhamento da Competitividade, Dinâmica Empresarial, Especialização de Actividades e Internacionalização encontram-se no seguinte quadro:

Quadro 4 Matriz de relação entre as dimensões de análise do domínio "Organizações – Competitividade, Dinâmica, Especialização e Internacionalização" e os objectivos do PERLVT

PERLVT OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SUB-OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	DIMENSÕES DE ANÁLISE		
		1. DINÂMICA ECONÓMICA	2. COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL	3. FACTORES DE CRESCIMENTO
A.2 UMA NOVA FORMA DE CRIAR OPORTUNIDADES A PARTIR DO TERRITÓRIO	A.2.2 Um sistema de cidades qualitativamente competitivas	■	■	
	A.2.4 Dinamização e reconversão da base económica local que qualifique a iniciativa empresarial e do emprego	■		■
A.3 UMA NOVA ESPECIALIZAÇÃO PARA UMA NOVA FUNÇÃO: RLVT COMO REGIÃO INTELIGENTE, CAPAZ DE FUNCIONAR COMO PÓLO DE INTERMEDIÇÃO DO PAÍS E A REDUÇÃO DAS ASSIMETRIAS REGIONAIS INTERNAS	A.3.1 Qualificar o efeito de capitalidade, dando coerência às redes de infra-estruturas e de equipamentos		■	■
	A.3.2 Criar Infra-estruturas adequadas à preparação e treino de alto rendimento desportivo		■	
	A.3.3 Reforçar e alargar a vocação turística e de lazer da Região		■	
	A.3.4 Desenvolver integradamente novas competências logísticas	■	■	■
	A.3.5 Consolidar actividades e serviços financeiros no quadro dos movimentos de concentração e reestruturação à escala europeia, estruturando um centro financeiro com massa crítica		■	
B.1 UMA RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA: A RLVT COMO ESPAÇO DE ENCONTRO PLURICONTINENTAL	B.1.3 Organizar e dinamizar fluxos de investimento português no exterior, em particular no eixo África-América Latina		■	■

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

PERLVT		DIMENSÕES DE ANÁLISE		
OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SUB-OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	1. DINÂMICA ECONÓMICA	2. COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL	3. FACTORES DE CRESCIMENTO
C.1 UMA NOVA RELEVÂNCIA MUNDIAL: CONSOLIDAR NÓS NAS REDES DE MOBILIDADE GLOBAL DA INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO, E CRIATIVIDADE	C.1.2 Um centro de competências internacionalmente reconhecido de ensino e formação em turismo/hotelaria e museologia		■	■
	C.1.3 Uma referência obrigatória para o mundo das empresas e das universidades no domínio dos congressos, feiras e outros encontros internacionais	■	■	■
	C.1.4 Um pólo de "indústrias de conteúdos" de língua portuguesa, sensíveis a condições naturais e paisagísticas de qualidade	■	■	
	C.2.1 desenvolver infra-estruturas de internacionalização e capacidades de gestão no domínio das actividades internacionalizadas		■	■
C.2 DESENVOLVER NOVAS INFRA-ESTRUTURAS EFICIENTES DE MOBILIDADE EUROPEIA E MUNDIAL	C.2.2 Modernização administrativa, legislativa e organizacional para promover um quadro internacionalmente atractivo	■		■

B.2.3.2

Domínio Organizações Sub-Domínio Inovação

Enquadramento teórico

Por inovação ao nível regional entende-se a capacidade dos agentes conceberem e introduzirem no mercado novos ou melhorados produtos ou processos produtivos e administrativos. Essa é, porém, uma tarefa que depende, por um lado, dos conhecimentos tecnológicos que os agentes detenham individualmente e por outro, da sua capacidade de se articularem para, em diferentes formas de parceria conseguirem empreender a tarefa da inovação com base em novas tecnologias.

Presume-se que esta tarefa seja substancialmente influenciada pelas actividades de I&D (Investigação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que a Região executa, pois a I&D é aqui entendida não como inovação, mas sim como um processo necessário à aprendizagem e absorção de conhecimento, que por sua vez alimenta a inovação.

Por outro lado, a I&D por si só não basta, já que os conhecimentos que alimentam a introdução pelos agentes da Região de novos ou melhorados produtos ou processos, são muitas vezes resultado de actividades

mais simples relacionadas com a prática da engenharia, da qualidade, do design e da gestão das operações e produção. Por isso mesmo, o apoio tecnológico pode ser um aspecto chave no processo regional de inovação, já que sobretudo as pequenas e médias empresas com reduzidos recursos procuram na sua envolvente local, serviços de apoio nessas mesmas áreas.

Um outro aspecto importante, que muito pode contribuir para a inovação tecnológica agregada a nível regional, é a capacidade que a Região tem de transferir tecnologia. Esta “transferência de Tecnologia” envolve, entre outros, três mecanismos fundamentais. Em primeiro lugar a transferência de tecnologia que se dá por intermédio de projectos de colaboração entre institutos e universidades da Região com agentes empresariais da Região. Trata-se de projectos de I&D, mas neste caso envolvendo obrigatoriamente uma entidade empresarial, e portanto supostamente orientados por critérios de mercado. Em segundo lugar a transferência de tecnologia dá-se também pela mobilidade de pessoal altamente qualificado (Cientistas Investigadores), entre esses mesmos institutos e universidades regionais e as empresas da Região. Por último, a transferência de tecnologia, embora em menor escala, dá-se também através da criação de pequenas empresas de base tecnológica que desempenham o importante papel empreendedor de transportar conhecimentos tecnológicos em direcção ao mercado, através de iniciativas empresariais criadas para esse mesmo efeito.

A inovação regional tem ainda um outro aspecto importante, algo relacionado com os anteriores. É que numa envolvente onde a mutação tecnológica é rápida e o acesso a mercados constitui um factor chave, a disponibilização de informação tem um papel relevante. Regiões ricas em informação poderão favorecer a diminuição de incerteza estimulando o empreendedorismo e atitudes positivas face ao risco.

Finalmente, e porque o conhecimento é o principal *input* do processo de inovação, a capacidade regional para inovação, está muito relacionada como os níveis de educação e formação, sobretudo em áreas técnicas, bem como com o nível geral de aptidões e habilitações dos empregados em geral

Tendo em conta os aspectos acima mencionados, o exercício de observação de capacidade de inovação de uma Região é essencial para entender as condicionantes e as oportunidades que a Região tem pela frente.

Dimensões de análise

A estratégia de inovação definida no Plano Estratégico da Região e Lisboa e Vale do Tejo centra-se na “promoção da capacidade de absorção de inovações e tecnologias, e na difusão da inovação enquanto processo complexo não linear, dependente da interacção de múltiplos agentes privados e públicos”, propondo-se diferentes formas de reforçar esse processo, nomeadamente, através de:

- ◆ Actividades de Investigação e Desenvolvimento que são essenciais para a interface da região com os círculos internacionais da Ciência e Tecnologia, bem como para o reforço da capacidade regional de exercer actividades de investigação orientada para a resolução de problemas específicos das empresas;
- ◆ Actividades de Apoio Tecnológico ao tecido empresarial, e que se traduzem em actividades de projecto relativamente curtas de parceria ou subcontratação entre as infra-estruturas tecnológicas e as empresas da região;
- ◆ Actividades de apoio à Transferência de Tecnologia pela via da incubação de empresas de base tecnológica, sobretudo na AML, mas também em outras áreas incluindo Parques de Ciência e Tecnologia e Centros de Incubação. Isto inclui apoio ao capital semente e capital de risco na criação ou expansão de empresas de base tecnológica;
- ◆ Serviços de Informação às Empresas, sobretudo na necessidade de encaminhamento das empresas para o apoio adequado no seio das múltiplas infra-estruturas já disponíveis;
- ◆ Aposta clara na Formação e Educação em áreas técnicas e tecnológicas, bem como a promoção de uma maior mobilidade de doutorados, sobretudo entre as empresas e as universidades.

As diferentes formas, atrás expostas, de reforçar o processo de inovação na Região são indicativas de quais poderão ser *as dimensões de análise*. As dimensões de análise são, portanto, centradas na estratégia cuja realização se pretende observar. Isto permite-nos verificar de uma forma quase directa a pertinência e a eficácia da estratégia regional de inovação face à evolução da Região e aos objectivos do Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Isto é, permite verificar se as opções e iniciativas que em princípio decorrem da implementação da estratégia, estão a produzir o efeito esperado.

De alguma forma as dimensões de análise assim definidas podem também permitir averiguar até que ponto as mudanças alcançadas se devem à prossecução da estratégia – tal qual ela foi declarada – ou se poderão ter ficado a dever a forças exógenas à Região ou, por outro lado, ao processo endógeno associado à aprendizagem dos actores.

As dimensões de análise que se pretende utilizar no acompanhamento da estratégia regional no domínio Organizações - Inovação são:

- ◆ As actividades de *Investigação e Desenvolvimento*;
- ◆ As actividades de *Apoio Tecnológico*;
- ◆ A *Transferência de Tecnologia*;
- ◆ Os *Serviços de Informação às Empresas*.

A Educação e Formação é também uma dimensão de análise deste sub-domínio, mas encontra-se mais detalhada em outros domínios de observação pelo que o sub-domínio inovação poderá recorrer às observações e medições realizadas pelos outros domínios.

As dimensões de análise que se pretendem utilizar no acompanhamento da Inovação, encontram-se no seguinte quadro:

Quadro 5 Matriz de relação entre as dimensões de análise do domínio "Organizações – Inovação" e os objectivos do PERLVT

PERLVT		DIMENSÕES DE ANÁLISE			
OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	SUB-OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	ACTIVIDADES DE I&D	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO ÀS EMPRESAS	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	APOIO TECNOLÓGICO
A.2 UMA NOVA FORMA DE CRIAR OPORTUNIDADES A PARTIR DO TERRITÓRIO	A.2.1 Um mundo rural ambientalmente sustentável e multifuncional	■			
	A.2.4 Dinamização e reconversão da base económica local que qualifique a iniciativa empresarial e do emprego		■	■	
B.1 UMA RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA	B.1.2 A cultura e as ideias, veículos privilegiados de aproximação: arte, investigação, cooperação, três domínios prioritários	■			
B.2 UMA RENOVAÇÃO DA VIDA SOCIAL	B.2.1 Atracção de quadros séniores: mudar de vida, manter-se activo	■			
C.1 UMA NOVA RELEVÂNCIA MUNDIAL: CONSOLIDAR NÓS NAS REDES DE MOBILIDADE GLOBAL DA INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO, E CRIATIVIDADE	C.1.1 Um papel importante numa questão de relevo mundial. O conhecimento dos oceanos	■			
	C.1.5 Um centro aglutinador de experiências e de instituições ao serviço da inovação, da valorização dos resultados, da investigação e da atracção e apoio às iniciativas de risco	■	■	■	■



C | Dimensões de Análise da

C.1

Grandes Eixos de Análise

São dez os eixos transversais de análise dos factores de desenvolvimento regional que, de forma interdisciplinar, estruturam este exercício de monitorização. Embora cada um dos domínios de observação considerados privilegie de forma diferenciada esses vários eixos, eles constituem um único sistema, simbolicamente representado pela “roda do desenvolvimento” da Região expressa na Figura seguinte.

Qualquer um dos eixos apenas ganha sentido pleno se avaliado em interacção com todos os restantes. Ainda assim, a disposição de cada um deles na “roda do desenvolvimento” procura traduzir proximidades estratégicas do ponto de vista da consolidação de uma trajectória coerente de afirmação sustentada para a Região.

No topo destacam-se os eixos associados às dinâmicas institucionais, sociais e individuais, ao desenvolvimento de formas inteligentes de iniciativa, empreendedorismo,

Gestão Estratégica

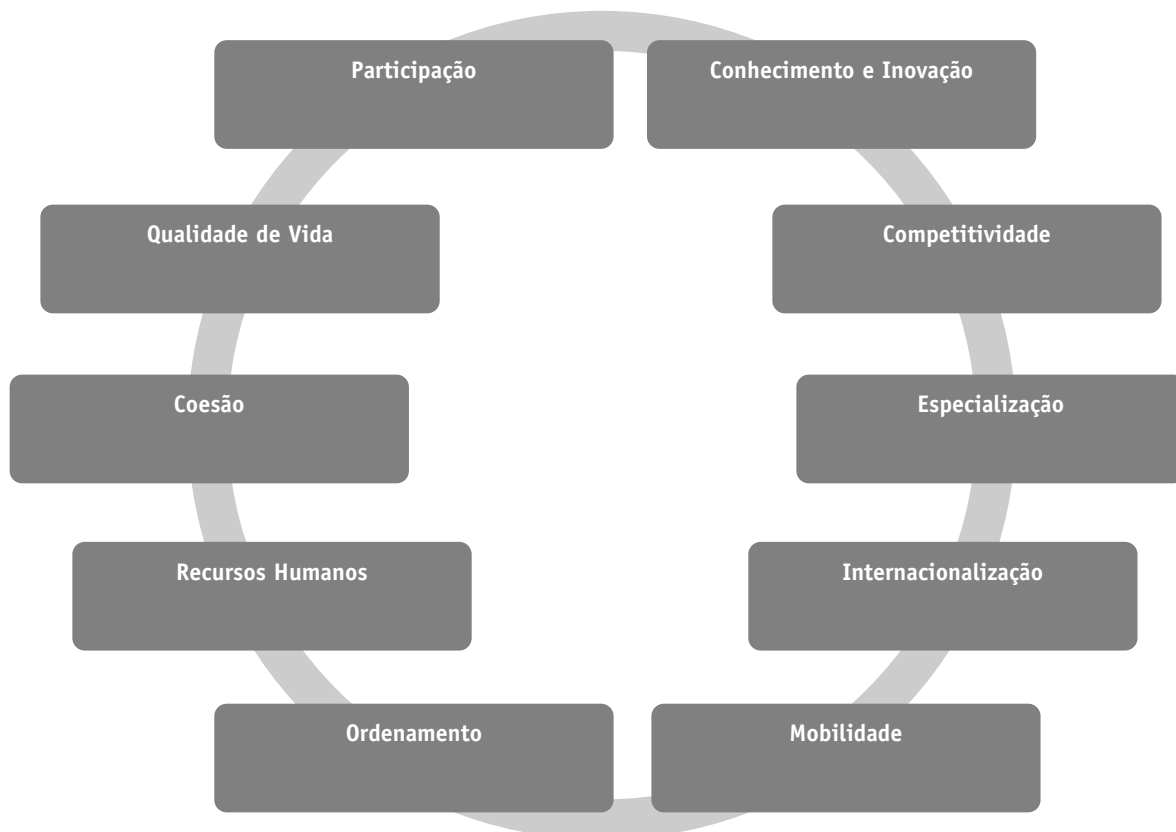
democracia e organização da vida colectiva. É a qualidade dos aspectos incluídos nestes eixos que permite irrigar os restantes eixos, introduzindo patamares de exigência mais elevados e níveis de funcionamento mais eficientes.

Na base dispõem-se os eixos com uma natureza física mais acentuada, os quais, se mal geridos, traduzem-se por danos irreparáveis e obstáculos inultrapassáveis em domínios particularmente decisivos no mundo contemporâneo, penalizando territórios, pessoas e organizações.

No sector esquerdo colocam-se os eixos centrados nas pessoas, nas suas capacidades e competências individuais mas também nas relações que estabelecem entre si, com os quadros de vida em que se integram e com o ambiente envolvente em geral. Um projecto de desenvolvimento orientado para as Pessoas atribui-lhes necessariamente um papel decisivo, considerando-as como recursos humanos que importa qualificar mas valorizando também a sua dimensão antropológica, nas suas componentes culturais, sociais e cívicas.

Finalmente, os eixos do sector direito da roda constituem a base indispensável para a conquista de uma posição distinta, forte e duradoura, própria de uma região economicamente madura, em constante mudança e capaz de aprofundar as suas capacidades competitivas e de inovação no quadro de uma sociedade globalizada.

Roda do Desenvolvimento



C.2

Matriz Geral de Dimensões de Análise

Quadro 6

LEGENDA:

- Dimensões de análise do domínio "Organizações"
(Competitividade, especialização de actividades e internacionalização)
- Dimensões de análise do domínio "Organizações"
(Inovação tecnológica)
- Dimensões de análise do domínio "Território"
- Dimensões de análise do domínio "Pessoas"

OBJECTIVOS

A.1
UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO
E GESTÃO DO TERRITÓRIO

SUB-OBJECTIVOS

A.1.1
Uma região com qualidade ambiental:
recursos hídricos, litoral e áreas protegidas, três prioridades essenciais

A.1.2
Uma região socialmente justa

A.1.3
Uma região estruturada: uma metrópole com duas margens, espaços sub-regionais complementares e interactivos, uma nova combinação mobilidades /comunicações

A.1.4
Uma região governável: participação, capacidade institucional, descentralização, partilha de responsabilidades



DIMENSÕES DE ANÁLISE	MEDIDAS PO
Qualidade de Vida	1.2; 3.18
Ordenamento do Território	1.2; 2.3; 3.17; 3.18
Ordenamento do Território	1.1; 1.5; 2.1; 2.3; 3.8; 3.19
Qualidade de Vida	1.1; 1.5; 2.1; 2.3; 3.8; 3.18; 3.19
Coesão Social	1.1; 1.5; 2.1; 2.3; 3.5; 3.6; 3.7; 3.8; 3.19
Qualificação dos Recursos Humanos	3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.19
Melhoria das Condições de Mobilidade e Atracção	1.1; 3.17
Ordenamento do Território	3.17
Ordenamento do Território	1.1; 1.5; 2.1; 2.3; 3.17
Ordenamento do Território	1.3; 2.3
Participação Democrática	1.3
Ordenamento do Território	1.3

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

OBJECTIVOS

A.2
UMA NOVA FORMA DE CRIAR OPORTUNIDADES
A PARTIR DO TERRITÓRIO

SUB-OBJECTIVOS

A.2.1
Um mundo rural ambientalmente sustentável e multifuncional

A.2.2
Um sistema de cidades qualitativamente competitivas

A.2.3
Valorização do conhecimento, da cultura e das identidades, que qualifique as pessoas e reforce os laços de proximidade

A.2.4
Dinamização e reconversão da base económica local que qualifique a iniciativa empresarial e o emprego

A.3
UMA NOVA ESPECIALIZAÇÃO PARA UMA NOVA FUNÇÃO:
RLVT COMO REGIÃO INTELIGENTE, CAPAZ DE FUNCIONAR COMO PÓLO
DE INTERMEDIAÇÃO DO PAÍS E A REDUÇÃO DAS ASSIMETRIAS
REGIONAIS INTERNAS

A.3.1
Qualificar o efeito de capitalidade, dando coerência às redes de infra-estruturas e de equipamentos

A.3.2
Criar Infra-estruturas adequadas à preparação e treino de alto rendimento desportivo

A.3.3
Reforçar e alargar a vocação turística e de lazer da região

A.3.4
Desenvolver integralmente novas competências logísticas

A.3.5
Consolidar actividades e serviços financeiros no quadro dos movimentos de concentração e reestruturação à escala europeia, estruturando um centro financeiro com massa crítica

B.1
UMA RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA:
A RLVT COMO ESPAÇO DE ENCONTRO PLURICONTINENTAL

B.1.1
Valorizar a diversidade e a tolerância: fortalecer relações com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e com os países de origem das comunidades instaladas na Região

B.1.2
Cultura, ideias, aproximação: arte, investigação, cooperação

B.1.3
Organizar e dinamizar fluxos de investimento português no exterior, em particular no eixo África-América Latina

DIMENSÕES DE ANÁLISE	MEDIDAS PO
Ordenamento do Território	1.5; 2.3; 3.15
Melhoria das Condições de Mobilidade e Atracção	1.1; 2.3; 3.15
Qualidade de Vida	1.5; 2.3; 3.15
Actividades de I&D	3.1, 3.10
Ordenamento do Território	1.1; 3.15
Ordenamento do Território	1.1; 1.2; 1.5; 2.1; 2.3; 3.18;
Melhoria das Condições de Mobilidade e Atracção	1.1; 1.5; 2.1; 2.3
Qualidade de Vida	1.2; 1.5, 2.1; 2.3
Competitividade Internacional	1.5; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 3.4; 3.7; 3.10; 3.15
Dinâmica Económica	1.1; 1.3; 1.4; 1.5; 2.1; 2.2 2.3; 2.4; 3.1; 3.2; 3.3; 3.4; 3.5; 3.7; 3.9; 3.10; 3.12
Ordenamento do Território	1.1; 1.5; 2.1; 2.3; 3.12;
Ordenamento do Território	1.1; 1.3; 1.5; 2.3
Serviços de Informação às Empresas	1.3
Transferência de Tecnologia	1.5; 3.10
Dinâmica Económica	1.5; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 3.4; 3.7; 3.10; 3.12
Factores de Crescimento	1.4; 2.2; 2.4; 3.1; 3.2; 3.3; 3.4; 3.5; 3.9; 3.10
Qualificação dos Recursos Humanos	1.4; 2.2; 2.4; 3.2; 3.3; 3.5; 3.7; 3.9; 3.12
Ordenamento do Território	1.5, 2.1; 2.3; 3.2; 3.3; 3.5; 3.7; 3.9; 3.12
Coesão Social	1.3; 1.5, 2.2; 2.4; 3.2; 3.3; 3.5; 3.7; 3.9; 3.12
Competitividade Internacional	1.1; 1.3; 1.5; 2.1; 2.3; 2.4; 3.10
Factores de Crescimento	1.1; 1.3; 1.5; 2.1; 2.3; 3.3; 3.5; 3.10
Competitividade Internacional	1.5; 3.16
Factores de Crescimento	1.5; 3.16
Competitividade Internacional	1.3; 1.5; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 3.4; 3.7; 3.10; 3.15
Dinâmica Económica	1.5; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 3.4; 3.7; 3.10; 3.12
Competitividade Internacional	1.3; 1.4; 1.5; 2.2; 2.4; 3.10
Factores de Crescimento	1.1; 1.3; 1.5; 2.2; 3.3; 3.5; 3.10
Competitividade Internacional	1.3; 1.4; 1.5; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 3.4; 3.7; 3.10; 3.15
Ordenamento do Território	1.3, 1.5; 2.1
Actividades de I&D	2.4
Ordenamento do Território	1.3, 1.5; 2.1
Competitividade Internacional	1.3; 1.4; 1.5; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 3.7; 3.10
Factores de Crescimento	1.1; 1.3; 1.4; 1.5; 2.1; 2.2; 2.3, 2.4; 3.3; 3.5; 3.10

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

OBJECTIVOS**B.2**

UMA RENOVAÇÃO DA VIDA SOCIAL:
A RLVT COMO PÓLO DE ATRACÇÃO DE EXPERIÊNCIA

SUB-OBJECTIVOS**B.2.1**

Atracção de quadros séniores: mudar de vida, manter-se activo

B.2.2

Turismo e saúde para os segmentos séniores: manter a vida,
reforçar a convivialidade

C.1

UMA NOVA RELEVÂNCIA MUNDIAL:
CONSOLIDAR NÓS NAS REDES DE MOBILIDADE GLOBAL
DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO, E CRIATIVIDADE

C.1.1

O conhecimento dos oceanos

C.1.2

Um centro de competências internacionalmente reconhecido de ensino
e formação em turismo

C.1.3

Uma referência obrigatória para o mundo das empresas e das universidades
no domínio dos congressos, feiras e outros encontros internacionais

C.1.4

Um pólo de "indústrias de conteúdo" de língua portuguesa, sensíveis
a condições naturais e paisagísticas de qualidade.

C.1.5

Centro aglutinador de experiências e de instituições ao serviço
da inovação, da valorização dos resultados da investigação
e da atracção e apoio às iniciativas de risco

C.1.6

As telecomunicações como suporte essencial ao desenvolvimento
de funções relevantes

C.2

DESENVOLVER NOVAS INFRA-ESTRUTURAS EFICIENTES
DE MOBILIDADE EUROPEIA E MUNDIAL

C.2.1

Desenvolver infra-estruturas de internacionalização e capacidades de gestão
no domínio das actividades internacionalizadas

C.2.2

Modernização administrativa, legislativa e organizacional para promover
um quadro internacionalmente atractivo, de gestão flexível do tempo
de trabalho e do tempo de funcionamento das actividades económicas
e um quadro de parceria com decisão rápida em relação aos projectos
e iniciativas do sector privado

DIMENSÕES DE ANÁLISE

MEDIDAS PO

Actividades de I&D

2.4; 3.2; 3.4

Qualidade de Vida

1.3; 3.19

Qualidade de Vida

1.3; 3.19

Coesão Social

1.3; 3.19

Actividades de I&D

3.10

Competitividade Internacional

1.3; 1.4; 1.5; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 3.4; 3.7; 3.10; 3.15

Factores de Crescimento

1.4; 2.2; 2.4; 3.1; 3.2; 3.3; 3.4; 3.5; 3.9; 3.10

Qualificação dos Recursos Humanos

1.3; 1.4; 2.2; 2.4; 3.2; 3.12; 3.13

Ordenamento do Território

1.3; 1.5; 2.1; 2.3; 3.2; 3.12; 3.13

Qualidade de Vida

1.3; 1.4; 1.5; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 3.2; 3.12; 3.13

Dinâmica Económica

1.1; 1.3; 1.4; 2.2; 2.4; 3.1; 3.2; 3.3; 3.4; 3.5; 3.9; 3.10

Competitividade Internacional

1.3; 1.4; 2.2; 2.4; 3.10

Factores de Crescimento

1.4; 2.2; 2.4; 3.1; 3.2; 3.3; 3.4; 3.5; 3.9; 3.10

Competitividade Internacional

1.3; 1.5; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 3.4; 3.7; 3.10; 3.12; 3.15

Dinâmica Económica

1.4; 2.2; 2.3; 2.4; 3.4; 3.7; 3.10; 3.12

Actividades de I&D

3.10

Apoio Tecnológico

1.5; 3.10 3.11

Transferência de Tecnologia

3.4 3.7

Serviços de Informação

3.2

Qualificação dos Recursos Humanos

1.3; 1.4; 2.2; 2.4; 3.2; 3.12; 3.13

Ordenamento do Território

1.3; 1.5; 2.1; 2.3; 3.2; 3.12; 3.13

Qualidade de Vida

1.3; 1.4; 1.5; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 3.2; 3.12; 3.13

Qualificação dos Recursos Humanos

1.3; 1.4; 2.2; 2.4; 3.2; 3.12; 3.13

Ordenamento do Território

1.3; 1.5; 2.1; 2.3; 3.2; 3.12; 3.13

Qualidade de Vida

1.3; 1.4; 1.5; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 3.2; 3.12; 3.13

Competitividade Internacional

1.3; 1.4; 1.5; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 3.7; 3.10

Factores de Crescimento

1.1; 1.3; 1.4; 2.2; 2.4; 3.3; 3.5; 3.10

Dinâmica Económica

1.1; 1.3; 1.4; 2.2; 2.4; 3.1; 3.2; 3.3; 3.4; 3.5; 3.9; 3.10

Factores de Crescimento





1.4; 2.2; 2.4; 3.1; 3.2; 3.3; 3.4; 3.5; 3.9; 3.10

C.3

Matriz Geral de Indicadores

Quadro 7

LEGENDA:

-  Dimensões de análise do domínio "Organizações"
(Competitividade, especialização de actividades e internacionalização)
-  Dimensões de análise do domínio "Organizações"
(Inovação tecnológica)
-  Dimensões de análise do domínio "Território"
-  Dimensões de análise do domínio "Pessoas"

OBJECTIVOS PERLVT

A.1
UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO
E GESTÃO DO TERRITÓRIO

SUB-OBJECTIVOS PERLVT

A.1.1
Uma região com qualidade ambiental:
recursos hídricos, litoral e áreas protegidas, três prioridades essenciais

A.1.2
Uma região socialmente justa

A.1.3
Uma região estruturada: uma metrópole com duas margens, espaços sub-regionais complementares e interactivos, uma nova combinação mobilidades /comunicações

INDICADORES

- Indicador de qualidade da água (litoral, estuário,...)
- Indicador de qualidade dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais
- Idem, para RSU e resíduos industriais
- Proporção de espécies de interesse comunitário alvo de acções e medidas de conservação (%)
- Território sob estatuto de protecção para conservação da natureza (%). % de costa intervencionada face ao total de costa a intervir

- Evolução do n.º de projectos e área de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio (ha)
- Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos, apoiados (n.º de ha)
- Evolução do investimento - e rácio face ao investimento total - de projectos orientados para a inserção de minorias étnicas
- Evolução da população servida por água ao domicílio, recolha de lixo e esgotos de rede pública, por sub-regiões
- Evolução da população habitando em barracas e evolução da percentagem de parque de alojamento público
- Taxa de mortalidade perinatal
- Evolução da criminalidade por regiões
- Tempo médio de espera para consultas/ cirurgias/ terapias/ meios complementares de diagnóstico ou evolução da percentagem de pessoas sem médico de família
- Evolução da percentagem de cobertura em pré -escolar, por sub-região
- Evolução da oferta em lugares em centros de dia, centros de convívio para a 3ª idade
- Evolução da Distribuição de Rendimentos (medida que compara os 20% de maiores rendimentos com os 20% de menores rendimentos)
- Evolução da percentagem de população com o Rendimento Mínimo de inserção, por sub-regiões
- Diferenciação regional ao nível do PNB
- Evolução das taxas de sucesso e abandono por grupos étnicos, níveis de escolaridade e sub-regiões

- % de população residente < 15 minutos de uma sede de concelho (TP e TI)
- Tempos médios de deslocação em TP, por modos, e TI entre áreas/aglomerações a definir
- N.º de aglomerações externas à AML com funções/áreas de influência de nível supra-municipal, em domínios específicos (sectores público e privado)
- N.º de concentrações externas à cidade de Lisboa com mais de XX mil empregos
- % de sedes de concelho externas à AML envolvidas em projectos em execução de reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos

- Superfície de espaço público intervencionado, por tipo de espaço (n.º de m²)

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

OBJECTIVOS PERLVT

SUB-OBJECTIVOS PERLVT

A.1.4

Uma região governável: participação, capacidade institucional, descentralização, partilha de responsabilidades

A.2

UMA NOVA FORMA DE CRIAR OPORTUNIDADES
A PARTIR DO TERRITÓRIO

A.2.1

Um mundo rural ambientalmente sustentável e multifuncional

A.2.2

Um sistema de cidades qualitativamente competitivas

A.2.3

Valorização do conhecimento, da cultura e das identidades, que qualifique as pessoas e reforce os laços de proximidade

INDICADORES

- Tempo médio de aprovação de projectos nas autarquias
- N.º de parcerias público/privado em intervenções urbanas com investimento superior a X mil contos
- % de população abrangida por intervenções intermunicipais em execução, por grandes domínios

- Taxa de participação eleitoral
- Taxa de participação associativa

- SAU sujeita a boas práticas agrícolas (%)
- Gestão sustentável e estabilidade ecológica da floresta
- Caminhos e electrificação agro-rurais
- Densidade rodoviária da rede municipal (km/1000km²), por tipos de via
- Total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros / 1000 habitantes
- Sociedades atraídas/ stock existente
- Valorização do ambiente e do património rural
- Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural
- Cobertura população rural regional abrangida por intervenções de dinamização económica e social das aldeias e centros rurais (%)

- Variação das despesas de I&D / PIB Regional; Variação das despesas de I&D (Hortofruticultura, viticultura e floresta) / VAB dos sectores

- Evolução do n.º de projectos e da área de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio (ha)
- Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos, apoiados (n.º de ha)
- Cobertura da população rural regional abrangida por intervenções de dinamização económica e social das aldeias e centros rurais

- % sedes de concelho com projectos de requalificação dos centros históricos
- % aglomerações candidatas ao URBCOM. com intervenções integradas de urbanismo comercial
- Tempo de percurso das cidades médias [entre si e] à AML (rodo e ferrov.)
- Acessos RDIS/ 1000 habitantes
- Comércio internacional declarado / 1000 postos de trabalho
- Total de dormidas de visitantes estrangeiros / 1000 habitantes
- Área verde (m²) / 1000 habitantes
- Área pedonalizada e/ou com trânsito condicionado (m²)/10.000 habitantes.
- Edifícios restaurados/ edifícios com obras concluídas
- % pop. abrangida por intervenções integradas de reabilitação urbana

- Caracterização das entidades apoiadas, por sector de actividade
- Volume de negócios resultante de novos produtos, actividades inovadoras e novos potenciais de desenvolvimento / Total de volume de negócios das empresas
- Cidades da Região com mais de 50.000 hab. com o estatuto de "Cidade digital"
- Coeficiente de Diversificação (sendo a situação antes do PO considerada como padrão)

- Balanço do emprego criado
- Postos de trab./ano criados à escala local e da micro-iniciativa
- Emprego criado em PME's - n.º de ETI nas PME/emprego total
- Taxa de crescimento (empresas apoiadas face ao total) VAB/Emprego
- Caracterização as entidades empregadoras, por natureza
- Aumento da produtividade, medido através de VAB do sector/Pessoal ao serviço
- Produtividade do trabalho (POE) - taxa de crescimento: vendas/custo trab.
- Redução da taxa de desemprego
- N.º projectos reforço das dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos apoiados

- Evolução do n.º de projectos e da área de valorização urbanística e ambiental dos espaços públicos das áreas de realojamento (n.º de ha)
- Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos, apoiados (n.º de ha)
- Cobertura da população regional urbana a abranger por intervenções integradas de reabilitação urbana (n.º)

- Acréscimo anual de visitantes a monumentos e museus
- Grau de captação de novos públicos (% de novos espectadores relativamente ao total)
- Evolução do nível de sucesso e abandono por grupos étnicos e regiões

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

OBJECTIVOS PERLVT

A.2
UMA NOVA FORMA DE CRIAR OPORTUNIDADES
A PARTIR DO TERRITÓRIO

SUB-OBJECTIVOS PERLVT

A.2.4
Dinamização e reconversão da base económica local que qualifique a iniciativa empresarial e o emprego

A.3
UMA NOVA ESPECIALIZAÇÃO PARA UMA NOVA FUNÇÃO:
RLVT COMO REGIÃO INTELIGENTE, CAPAZ DE FUNCIONAR
COMO PÓLO DE INTERMEDIÇÃO DO PAÍS E A REDUÇÃO
DAS ASSIMETRIAS REGIONAIS INTERNAS

A.3.1
Qualificar o efeito de capitalidade, dando coerência às redes de infra-estruturas e de equipamentos

A.3.2
Criar Infra-estruturas adequadas à preparação e treino de alto rendimento desportivo

A.3.3
Reforçar e alargar a vocação turística e de lazer da região

INDICADORES

- Variação do n.º de pedidos de informação; Variação do n.º de pedidos de informação na região Oeste
- Variação das despesas de I&D em projectos Universidade - Empresa
- Contratos de inserção de investigadores em empresas
- n.º de novas empresas de base tecnológica criadas nos últimos 3 anos
- Variação no n.º de empresas que declaram ter introduzido inovações
- Apoio às actividades de transferência de tecnologia

- Balanço do emprego criado
- Postos de trab./ano criados à escala local e da micro-iniciativa
- Emprego criado em PME's - n.º de ETI nas PME/emprego total
- Taxa de crescimento (empresas apoiadas face ao total) VAB/Emprego
- Caracterização das entidades empregadoras, por natureza
- Investimento em formação / Investimento Total
- Melhoria estrutura qualificações pop. activa com mais de 25 anos
- Criação/remodelação/ampliação de centros formação, predominante orientados para novas áreas profissionais e/ou domínios de intervenção
- Aumento % professores qualificados para ensino/aprendizagem integrador das novas competências nos domínios aprendiz experimental, da educação para a cidadania e das TIC no universo dos docentes alvo

- Evolução da percentagem de cobertura em pré-escolar, por sub-região
- Evolução do nível de habilitações da população por grupos etários e regiões
- Evolução da percentagem de jovens com mais de 17 anos frequentando cursos superiores
- N.º activos em formação/total de activos
- Taxa de inserção profissional dos formandos
- Postos de trabalho criados por sector de actividade e sub-região
- Evolução do emprego por perfil de trabalhador: idade, sexo, habilitações e sectores de actividade e sub-regiões
- Evolução do Rácio procura/ oferta de emprego
- Evolução da relação de repartição entre capital e trabalho
- N.º de pessoas desfavorecidas e portadoras de deficiência que beneficiaram de apoios à integração
- Evolução do n.º de pessoas abrangidas por medidas do Mercado Social de Emprego, por sexo e escalão etário
- Evolução das taxas de sucesso e abandono por grupos étnicos, níveis de escolaridade e sub-regiões

- Produção científica nacional anual referenciada internacional - Despesa I&D nas empresas (% do PIB)
- Investimento em inovação(POE) – investimento ID+inov/invest. total
- Congressos, seminários, workshops, apoiados PO
- Centros de Ciência Viva Criados
- N.º projectos promoção e cooperação internacional apoiados
- Esforço de investimento, medido através da % do VABpm a afectar a FBCF
- Investimento participado por modo e por habitante (Euros/hab.) :[Aéreo; Ferroviário (inclui fluvial); Rodoviário; Marítimo (inclui logística)]
- Ha infra - estruturados para localização industrial
- Investimento PME's - investimento PME/investimento total do QCA
- N.º projectos de criação de infra-estruturas e equipamentos em rede

- N.º de atletas federados por modalidade
- N.º de clubes desportivos federadas por modalidade
- N.º e características dos equipamentos desportivos especializados
- N.º de equipamentos desportivos de espectáculo para a realização de provas nacionais e internacionais
- Eventos de nível internacional, no desporto de alto rendimento por modalidade
- N.º de aumento anual de atletas federados por modalidade
- N.º e características dos equipamentos desportivos de base
- Área útil desportiva de base apoiada (PO)/Área útil desportiva de base

- Caracterização das entidades apoiadas, por sector de actividade
- Volume de negócios resultante de novos produtos, actividades inovadoras e novos potenciais de desenvolvimento / Total de volume de negócios das empresas
- Cidades da Região com mais de 50.000 hab. com o estatuto de "Cidade digital"
- Coeficiente de Diversificação (sendo a situação antes do PO considerada como padrão)
- Produção científica nacional anual referenciada internacional (SCI)- Despesa I&D nas empresas (% do PIB)
- Investimento em inovação (POE) – invest ID+inov/invest. total
- Congressos, seminários, workshops, apoiados PO
- Centros de Ciência Viva Criados
- N.º projectos promoção e cooperação internacional apoiados

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

OBJECTIVOS PERLVT**SUB-OBJECTIVOS PERLVT****A.3.4**

Desenvolver integradamente novas competências logísticas

A.3

UMA NOVA ESPECIALIZAÇÃO PARA UMA NOVA FUNÇÃO:
RLVT COMO REGIÃO INTELIGENTE, CAPAZ DE FUNCIONAR COMO PÓLO
DE INTERMEDIÇÃO DO PAÍS E A REDUÇÃO DAS ASSIMETRIAS
REGIONAIS INTERNAS

A.3.5

Consolidar actividades e serviços financeiros no quadro dos movimentos
de concentração e reestruturação à escala europeia, estruturando
um centro financeiro com massa crítica

B.1

UMA RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA:
A RLVT COMO ESPAÇO DE ENCONTRO PLURICONTINENTAL

B.1.1

Valorizar a diversidade e a tolerância: fortalecer relações com as comunidades
portuguesas residentes no estrangeiro e com os países de origem das comunidades
instaladas na Região

B.1.2

Cultura, ideias, aproximação: arte, investigação, cooperação

B.1.3

Organizar e dinamizar fluxos de investimento português no exterior,
em particular no eixo África-América Latina

INDICADORES

- Balanço do emprego criado
 - Postos de trab./ano criados à escala local e da micro-iniciativa
 - Emprego criado em PME's – N.º de ETI nas PME/emprego total
 - Taxa de crescimento (empresas apoiadas face ao total) VAB/Emprego
 - Caracterização das entidades empregadoras, por natureza
 - Produção científica nacional anual referenciada internacional (SCI)- Despesa I&D nas empresas (% do PIB)
 - Investimento em inovação (POE) – invest ID+inov/invest. total
 - Congressos, seminários, workshops, apoiados PO
 - Centros de Ciência Viva Criados
 - N.º projectos promoção e cooperação internacional apoiados
 - Esforço investimento, medido através da % do VABpm a afectar a FBCF
 - Investimento comparticipa por modo e por habitante (Euros/hab.) : [Aéreo; Ferroviário (inclui fluvial); Rodoviário; Marítimo (inclui logística)]
 - Ha infra - estruturados para localização industrial
 - Investimento PME's - investimento PME/investimento total do QCA
 - N.º projectos de criação de infra-estruturas e equipam em rede
-
- Exportações/ Volume de vendas
 - QM por modos, mercados: (Rodoviário; Marítimo; Aéreo; Outros)- Impacto do QCA na diversificação de mercados - volume de negócios para terceiros mercados/volume de negócios para mercados externos
 - Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações
 - Caracterização das entidades apoiadas, por sector de actividade
 - Volume de negócios resultante de novos produtos, actividades inovadoras e novos potenciais de desenvolvimento / Total de volume de negócios das empresas
 - Cidades da Região com mais de 50.000 hab. com o estatuto de "Cidade digital"
 - Coeficiente de Diversificação (sendo a situação antes do PO considerada como padrão)
 - Produção científica nacional anual referenciada internacional (SCI)- Despesa I&D nas empresas (% do PIB)
 - Investimento em inovação (POE) – invest ID+inov/invest. total
 - Congressos, seminários, workshops, apoiados PO
 - Centros de Ciência Viva Criados
 - N.º projectos promoção e cooperação internacional apoiados
-
- N.º de iniciativas de promoção/animação cultural, apoiadas
 - N.º de congressos, seminários, workshops, apoiados
 - N.º de projectos de promoção e cooperação internacional, apoiados
-
- N.º de acções de intercâmbio internacional de Cientistas
-
- N.º de pessoas abrangidas por projectos integrados de desenvolvimento local em zonas culturalmente heterogéneas
-
- Exportações/ Volume de vendas
 - QM por modos, mercados: (Rodoviário; Marítimo; Aéreo; Outros)- Impacto do QCA na diversificação de mercados - volume de negócios para terceiros mercados/volume de negócios para mercados externos
 - Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações
 - Produção científica nacional anual referenciada internacional (SCI)- Despesa I&D nas empresas (% do PIB)
 - Investimento em inovação (POE) – invest ID+inov/invest. total
 - Congressos, seminários, workshops, apoiados PO
 - Centros de Ciência Viva Criados
 - N.º projectos promoção e cooperação internacional apoiados
 - Esforço investimento, medido através da % do VABpm a afectar a FBCF
 - Investimentos comparticipados por modo e por habitante (Euros/hab.): [Aéreo; Ferroviário (inclui fluvial); Rodoviário; Marítimo (inclui logística)]
 - Ha infra - estruturados para localização industrial
 - Investimento PME's - investimento PME/investimento total do QCA
 - N.º projectos de criação de infra-estruturas e equipamentos em rede

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

OBJECTIVOS PERLVT

B.2
UMA RENOVAÇÃO DA VIDA SOCIAL:
A RLVT COMO PÓLO DE ATRAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

SUB-OBJECTIVOS PERLVT

B.2.1
Atração de quadros séniores: mudar de vida, manter-se activo

B.2.2
Turismo e saúde para os segmentos séniores: manter a vida,
reforçar a convivialidade

C.1
UMA NOVA RELEVÂNCIA MUNDIAL:
CONSOLIDAR NÓS NAS REDES DE MOBILIDADE GLOBAL
DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO, E CRIATIVIDADE

C.1.1
O conhecimento dos oceanos

C.1.2
Um centro de competências internacionalmente reconhecido de ensino
e formação em turismo

C.1.3
Uma referência obrigatória para o mundo das empresas e das universidades
no domínio dos congressos, feiras e outros encontros internacional

INDICADORES

- N.º de iniciativas de promoção/animação cultural, apoiadas
- N.º de congressos, seminários, workshops, apoiados
- N.º de projectos de promoção e cooperação internacional, apoiados

- N.º de acções de intercâmbio internacional de Cientistas

- Evolução do número de lugares em equipamentos e actividades para a Terceira idade

- Variação das despesas de I&D (oceanos)

- Caracterização das entidades apoiadas, por sector de actividade
- Volume de negócios resultante de novos produtos, actividades inovadoras e novos potenciais de desenvolvimento / Total de volume de negócios das empresas
- Cidades da Região com mais de 50.000 hab. com o estatuto de "Cidade digital"
- Coeficiente de Diversificação (sendo a situação antes do PO considerada como padrão)
- Produção científica nacional anual referenciada internacional (SCI)- Despesa I&D nas empresas (% do PIB)
- Investimento em inovação (POE) – invest ID+inov/invest. total
- Congressos, seminários, workshops, apoiados PO
- Centros de Ciência Viva Criados
- N.º projectos promoção e cooperação internacional apoiados
- Investimento em formação / Investimento Total
- Melhoria estrutura qualificações pop. activa com mais de 25 anos
- Criação/remodelação/ampliação de centros formação, predominante orientados para novas áreas profissionais e/ou domínios de intervenção
- Aumento % professores qualificados para ensino/aprendizagem integrador das novas competências nos domínios aprendiz experimental, da educação para a cidadania e das TIC no universo dos docentes alvo

- Evolução do nível de habilitações da população por grupos etários e regiões
- Evolução da percentagem de jovens com mais de 17 anos frequentando cursos superiores
- N.º activos em formação/total de activos
- Taxa de inserção profissional dos formandos
- Postos de trabalho criados por sector de actividade e sub-região
- Evolução do emprego por perfil de trabalhador: idade, sexo, habilitações e sectores de actividade e sub-regiões
- Evolução do rácio procura/ oferta de emprego
- Evolução da relação de repartição entre capital e trabalho
- N.º de pessoas desfavorecidas e portadoras de deficiência que beneficiaram de apoios à integração
- Evolução do n.º de pessoas abrangidas por medidas do Mercado Social de Emprego, por sexo e escalão etário
- Organismos que disponibilizam correio electrónico aos seus funcionários
- Organismos que disponibilizam correio electrónico externo aos seus funcionários
- Organismos com acesso à Internet
- Organismos que disponibilizam formulários na Internet
- Organismos que aceitam formulários através da Internet
- Organismos que utilizam as TIC em processos comuns com recurso a comunicação via Internet (correspondência, recursos humanos, etc.)
- N.º de projectos apoiados (SI) por tipologia
- N.º de instituições locais ou cidades envolvidas (SI)
- N.º regiões ou cidades envolvidas (SI)
- N.º de projectos locais e instituições apoiadas (SI), por tipologia
- Número de pessoas abrangidas por projectos de reabilitação ambiental e urbana (retirar de N.º de projectos e área de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio (n.º de ha)

- Aumento da produtividade, medido através de VAB do sector/Pessoal ao serviço
- Produtividade do trabalho (POE) - taxa de crescimento: vendas/custo trabalho
- Redução da taxa de desemprego
- N.º projectos reforço dinâmicas desenvolvimento entre conjuntos urbanos apoiados
- Produção científica nacional anual referenciada internacional (SCI)- Despesa I&D nas empresas (% do PIB)
- Investimento em inovação (POE) – invest ID+inov/invest. total
- Congressos, seminários, workshops, apoiados PO
- Centros de Ciência Viva Criados
- N.º projectos promoção e cooperação internacional apoiados
- Investimento em formação / Investimento Total
- Melhoria estrutura qualificações pop. activa com mais de 25 anos
- Criação/remodelação/ampliação de centros formação, predominante orientados para novas áreas profissionais e/ou domínios de intervenção
- Aumento % professores qualificados para ensino/aprendizagem integrador das novas competências nos domínios aprendiz experimental, da educação para a cidadania e das TIC no universo dos docentes alvo



OBJECTIVOS PERLVT

SUB-OBJECTIVOS PERLVT

C.1.4

Um pólo de "indústrias de conteúdo" de língua portuguesa, sensíveis a condições naturais e paisagísticas de qualidade.

C.1.5

Centro aglutinador de experiências e de instituições ao serviço da inovação, da valorização dos resultados da investigação e da atracção e apoio às iniciativas de risco

C.1.6

As telecomunicações como suporte essencial ao desenvolvimento de funções relevantes

INDICADORES

- Caracterização das entidades apoiadas, por sector de actividade
- Volume de negócios resultante de novos produtos, actividades inovadoras e novos potenciais de desenvolvimento / Total de volume de negócios das empresas
- Cidades da Região com mais de 50.000 hab. com o estatuto de "Cidade digital"
- Coeficiente de Diversificação (sendo a situação antes do PO considerada como padrão)- Balanço do emprego criado
- Postos de trab./ano criados à escala local e da micro-iniciativa
- Emprego criado em PME's - n.º de ETI nas PME/emprego total
- Taxa de crescimento (empresas apoiadas face ao total) VAB/Emprego
- Caracterização das entidades empregadoras, por natureza
- Produção científica nacional anual referenciada internacional (SCI)- Despesa I&D nas empresas (% do PIB)
- Investimento em inovação (POE) - invest ID+inov/invest. total
- Congressos, seminários, workshops, apoiados PO
- Centros de Ciência Viva Criados
- N.º projectos promoção e cooperação internacional apoiados

- Variação das despesas de I&D/PIB regional
- Variação nas despesas de I&D das empresas da região / PIB regional
- Variação no n.º de patentes registadas por entidades da região / população regional
- Variação no n.º de projectos em consórcios internacionais de I&D
- N.º de brokerage events realizados na região
- % de empresas satisfeita com os serviços prestados
- Variação das despesas em projectos de I&D Universidade - Empresa
- N.º de novas empresas de base tecnológica criadas nos últimos 3 anos
- Despesas de Inovação em % das vendas totais
- Vendas de Produtos/serviços novos em % das vendas totais
- Variação do n.º de pedidos de informação

- Evolução do nível de habilitações da população por grupos etários e regiões
- Evolução da percentagem de jovens com mais de 17 anos frequentando cursos superiores
- N.º activos em formação/total de activos
- Taxa de inserção profissional dos formandos
- Postos de trabalho criados por sector de actividade e sub-região
- Evolução do emprego por perfil de trabalhador: idade, sexo, habilitações e sectores de actividade e sub-regiões
- Evolução do Rácio procura/ oferta de emprego
- Evolução da relação de repartição entre capital e trabalho
- N.º de pessoas desfavorecidas e portadoras de deficiência que beneficiaram de apoios à integração
- Evolução do n.º de pessoas abrangidas por medidas do Mercado Social de Emprego, por sexo e escalão etário
- Organismos que disponibilizam correio electrónico aos seus funcionários
- Organismos que disponibilizam correio electrónico externo aos seus funcionários
- Organismos com acesso à Internet
- Organismos que disponibilizam formulários na Internet
- Organismos que aceitam formulários através da Internet
- Organismos que utilizam as TIC em processos comuns com recurso a comunicação via Internet (correspondência, recursos humanos, etc.)
- N.º de projectos apoiados (SI) por tipologia
- N.º de instituições locais ou cidades envolvidas (SI)
- N. regiões ou cidades envolvidas (SI)
- N.º de projectos locais e instituições apoiadas (SI), por tipologia
- Número de pessoas abrangidas por projectos de reabilitação ambiental e urbana (retirar de N.º de projectos e área de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio (n.º de ha)
- Evolução do nível de habilitações da população por grupos etários e regiões
- Evolução da percentagem de jovens com mais de 17 anos frequentando cursos superiores
- N.º activos em formação/total de activos
- Taxa de inserção profissional dos formandos
- Postos de trabalho criados por sector de actividade e sub-região
- Evolução do emprego por perfil de trabalhador: idade, sexo, habilitações e sectores de actividade e sub-regiões
- Evolução do Rácio procura/ oferta de emprego
- Evolução da relação de repartição entre capital e trabalho
- N.º de pessoas desfavorecidas e portadoras de deficiência que beneficiaram de apoios à integração
- Evolução do n.º de pessoas abrangidas por medidas do Mercado Social de Emprego, por sexo e escalão etário
- Organismos que disponibilizam correio electrónico aos seus funcionários
- Organismos que disponibilizam correio electrónico externo aos seus funcionários
- Organismos com acesso à Internet
- Organismos que disponibilizam formulários na Internet
- Organismos que aceitam formulários através da Internet
- Organismos que utilizam as TIC em processos comuns com recurso a comunicação via Internet (correspondência, recursos humanos, etc.)
- N.º de projectos apoiados (SI) por tipologia
- N.º regiões ou cidades envolvidas (SI)
- N.º de projectos locais e instituições apoiadas (SI), por tipologia
- Número de pessoas abrangidas por projectos de reabilitação ambiental e urbana (retirar de N.º de projectos e área de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio (n.º de ha)

OBJECTIVOS PERLVT

C.2
DESENVOLVER NOVAS INFRA-ESTRUTURAS EFICIENTES
DE MOBILIDADE EUROPEIA E MUNDIAL

SUB-OBJECTIVOS PERLVT

C.2.1
Desenvolver infra-estruturas de internacionalização e capacidades de gestão
no domínio das actividades internacionalizadas

C.2.2

Modernização administrativa, legislativa e organizacional para promover
um quadro internacionalmente atractivo, de gestão flexível do tempo
de trabalho e do tempo de funcionamento das actividades económicas
e um quadro de parceria com decisão rápida em relação aos projectos
e iniciativas do sector privado

INDICADORES

- Exportações/ Volume de vendas
 - QM por modos, mercados: (Rodoviário; Marítimo; Aéreo; Outros) – Impacto do QCA na diversificação de mercados - volume de negócios para terceiros mercados/volume de negócios para mercados externos
 - Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações
 - Produção científica nacional anual referenciada internacional (SCI) – Despesa I&D nas empresas (% do PIB)
 - Investimento em inovação (POE) – invest ID+inov/invest. total
 - Congressos, seminários, workshops, apoiados PO
 - Centros de Ciência Viva Criados
 - N.º projectos promoção e cooperação internacional apoiados
 - Esforço investimento, medido através da % do VABpm a afectar a FBCF
 - Investimento participado por modo e por habitante (Euros/hab.): [Aéreo; Ferroviário (inclui fluvial); Rodoviário; Marítimo (inclui logística)]
 - Ha infra - estruturados para localização industrial
 - Investimento PME's - investimento PME/investimento total do QCA
 - N.º projectos de criação de infra-estruturas e equipamentos em rede
-

- Aumento da produtividade, medido através de VAB do sector/Pessoal ao serviço
 - Produtividade do trabalho (POE) - taxa de crescimento: vendas/custo trabalho
 - Redução da taxa de desemprego
 - N.º projectos reforço dinâmicas desenvolvimento entre conjuntos urbanos apoiados
 - Investimento em formação / Investimento Total
 - Melhoria estrutura qualificações pop. activa com mais de 25 anos
 - Criação/remodelação/ampliação de centros formação, predominante orientados para novas áreas profissionais e/ou domínios de intervenção
 - Aumento % professores qualificados para ensino/aprendizagem integrador das novas competências nos domínios aprendiz experimental, da educação para a cidadania e das TIC no universo dos docentes alvo
-

D | Metodologia

O acompanhamento do Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo baseia-se nos seguintes procedimentos:

Bateria de indicadores

Seleção, construção e organização de uma *bateria de indicadores* tendo em consideração não só os objectivos do Plano como os objectivos dos vários programas operacionais (sectoriais e da região) integrados no QCAIII. Esta bateria tem essencialmente como base os indicadores do SIFEC (Sistema de Informação dos Fundos Estruturais e de Coesão) e do Programa Operacional da RLVT. Serão utilizados indicadores de resultado. A periodicidade da informação deve ser anual, podendo e em alguns casos ser bienal.

Quando não for exequível a utilização de tais indicadores, as dimensões de análise devem permitir enquadrar, sempre que possível, indicadores referenciados em fontes estatísticas já existentes, facilitando também deste modo a sua recolha e análise. Quando não for possível, no âmbito das dimensões de análise utilizadas, encontrar indicadores adequados entre os utilizados para acompanhamento da execução do QCA III, ou disponíveis em fontes secundárias, serão definidos indicadores alternativos baseados na recolha directa em fontes de informação primária, que permitam ilustrar a dimensão de análise em questão.

Base de dados

Criação de uma base de dados com toda a informação sobre os indicadores seleccionados por cada domínio de monitorização para a avaliação e acompanhamento da Gestão Estratégica da Região. Esta base de dados permite relacionar os indicadores construídos com as respectivas dimensões de análise, os objectivos do Plano Estratégico da RLVT e as medidas do PORLVT (ver em anexo).

Questionário à população

Prevê-se a aplicação de um questionário às famílias com a finalidade de aferir os impactes dos programas no quotidiano da população residente na Região, bem como o seu grau de conhecimento e satisfação face ao executado. Este inquérito irá recolher informação relativa à evolução de: qualificações, níveis de empregabilidade e de emprego; acessibilidades e mobilidades, nomeadamente das deslocações casa/trabalho; distribuição dos rendimentos e satisfação quanto ao meio envolvente (habitação, espaço público, equipamentos e ambiente); expectativas face ao futuro e apreciação da evolução das suas condições de vida; formas de participação cívica e ainda factores de coesão social ao nível das condições de vida e dos rendimentos.

Sensores

Esta metodologia, que permitirá recolher dados em tempo real, baseia-se em informadores privilegiados (pessoas/organizações que estão no *coração da mudança*) que a todo o momento possam fornecer informação através de pequenos inquéritos elaborados especificamente para esse efeito. Esta metodologia permite avaliar se os resultados estão a corresponder ao impacto esperado da estratégia implantada.

Em algumas situações mais interessantes poder-se-á aprofundar esta análise através da realização de Estudos de Caso.

Estudos de caso

Esta metodologia baseia-se na lógica da exemplaridade e não na lógica da representatividade. Os casos estudados devem permitir conhecer aprofundadamente situações, comportamentos e trajectórias, a reproduzir ou a evitar, conduzindo a “lições de experiência” utilizáveis pelos agentes económicos, sociais e políticos. A meto-

dologia de “estudos de caso” deverá ser um instrumento para a difusão de boas práticas, mostrando como se fez em casos bem sucedidos.

Painel de actores / Fórum regional

O *Painel de actores* está dependente do Fórum Regional. Com as novas atribuições cometidas aos Presidentes das CCR irá ser criado um Fórum Regional com os principais actores da Região. Este Fórum servirá como universo de trabalho para a Gestão Estratégica da Região.

Reuniões regulares

Preparação e animação de reuniões *regulares de balanço da execução* do Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, coordenadas pela presidência da CCR, visando quer uma lógica de aprofundamento da área em questão, quer uma lógica de transversalidade de todas as áreas de observação, monitorização e acompanhamento (território, pessoas e organizações). As reuniões têm, em princípio, uma periodicidade mensal.

Relatórios periódicos

Elaboração de relatórios periódicos, com base na análise da realidade através do tratamento da informação recolhida pelos indicadores e por outras metodologias de monitorização e avaliação.

E | Faseamento

A montagem do processo de monitorização da gestão estratégica da Região, passa por diferentes fases:

1.º – Criação de uma equipa composta por peritos externos à CCRLVT organizados por domínios de observação (território, pessoas e organizações) e de uma equipa de apoio técnico dentro da CCRLVT.

2.º – Elaboração de um modelo de monitorização e avaliação da gestão estratégica, com a definição das metodologias a aplicar.

3.º – Recolha de informação para carregamento das baterias de indicadores e aplicação de outros métodos de recolha de informação (questionário, sensores, etc...)

4.º – Funcionamento periódico do fórum de actores.

5.º – Funcionamento periódico dos estudos de caso.

6.º – Preparação e apresentação de relatórios periódicos.

A natureza do faseamento das actividades do projecto apresenta-se no seguinte quadro:

Quadro 8 Natureza do faseamento 2002-2006

ACTIVIDADES DO PROJECTO	MENSAL	TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL	BIENAL
Reuniões de monitorização	■				
Aplicação do questionário à população					■
Aplicação dos sensores		■			
Aplicação de "estudos de caso"				■	
Painel de actores / fórum regional			■		
Recolha de informação estatística			■		
Relatórios de progresso			■		
Relatório anual				■	
Relatórios temáticos				■	

F | Glossário de Termos

Glossário Retirado do Guia para a Avaliação Intercalar do QCA III

(do francês; do inglês)

Termos relacionados

Acção

(Action; Action)

Programa

Em geral, é entendido como o conjunto coerente de projectos inserido numa mesma Medida de uma intervenção pública (promovido ou não pelo mesmo executor). Por vezes, utiliza-se também o termo acção para identificar parcelas ou componentes de um projecto.

Acompanhamento

(Suivi; Monitoring)

Monitorização

Procedimento de gestão, que implica o exame exaustivo e regular da utilização dos recursos, das realizações e dos resultados de uma intervenção pública, baseado num sistema de informação coerente e adequado. O acompanhamento tem uma vocação de retroacção sobre o conjunto dos procedimentos de gestão. Distingue-se da avaliação (designadamente da avaliação on going) pelo seu carácter mais operacional, dado que não privilegia, como aquela, a apresentação de juízos de valor.

Amostra

(Echantillon; Sample)

Afectação aleatória

Parte representativa de um universo (ou população) que permite inferir as características deste sem necessidade de conhecer todos os seus elementos. A afectação aleatória dos elementos da amostra constitui uma condição necessária (embora não suficiente) para a garantia da sua representatividade.

Análise custo-benefício

**(Analyse coût-avantages;
Cost-benefit analysis)**

Ferramenta de avaliação que aprecia o interesse de uma intervenção pública do ponto de vista do conjunto dos grupos nela envolvidos tendo por base de uma valorização monetária das suas consequências positivas e negativas.

Análise custo-eficácia

**(Analyse coût-efficacité;
Cost-effectiveness analysis)**

Ferramenta de avaliação utilizada com vista a fundamentar juízos de valor sobre a eficiência de uma intervenção pública. Consiste em individualizar os efeitos líquidos da intervenção e relacioná-los com os recursos especificamente mobilizados para sua obtenção.

Análise SWOT

**(SWOT analysis - Strengths,
Weaknesses, Opportunities,
Threats)**

**Pontos fortes e fracos,
oportunidades e riscos**

Método de diagnóstico de uma realidade sócio-económica, que analisa os factores internos (pontos fortes e fracos), sobre os quais se deve basear a estratégia da intervenção, e os factores externos (oportunidades e ameaças) que a podem influenciar. Enquanto ferramenta de avaliação permite verificar a relevância de uma intervenção.

	(do francês; do inglês)	Termos relacionados
Árvore de objectivos	(Arbre des objectifs; Objective tree) Classificação hierárquica dos objectivos de uma intervenção pública, que permite explicitar a sua lógica de conjunto.	Hierarquia de objectivos
Avaliação	(Evaluation; Evaluation) Apreciação do valor de uma intervenção ou instituição pública (avaliação da eficácia de um Programa, avaliação do custo-benefício de um projecto, avaliação da justificação de uma política, avaliação da qualidade de um serviço, etc.). No que respeita a intervenções públicas, a avaliação pode debruçar-se sobre diversos aspectos, desde a sua concepção ao seu modelo de gestão, mas implica necessariamente um juízo de valor acerca dos seus efeitos sobre uma dada situação de referência ou população.	Apreciação, exame
Avaliação ex ante	(Evaluation ex ante; Ex ante evaluation) Exercício de avaliação que precede a implementação de uma intervenção pública. Tem como finalidade principal apreciar a adequação da estratégia desenhada face ao diagnóstico efectuado, englobando geralmente a análise da relevância e da coerência interna e externa da intervenção.	Avaliação a priori
Avaliação ex post	(Evaluation ex post; Ex post evaluation) Exercício de avaliação que se desenvolve após a conclusão de uma intervenção pública. Tem como finalidade principal a apreciação dos efeitos da intervenção, quer em termos da eficiência face aos recursos envolvidos e da eficácia face aos objectivos estabelecidos, quer em termos da sua utilidade tendo por referência a sua contribuição para modificar um dado contexto sócio-económico de partida.	Avaliação a posteriori
Avaliação intercalar	(Evaluation a mi-parcours; Mid-term evaluation) Exercício de avaliação que se desenvolve durante o período de vigência de uma intervenção pública, geralmente a meio desse período. Em geral, combina alguns aspectos da avaliação ex ante, como a re-análise da concepção da intervenção, com outros da avaliação ex post, como a análise da sua execução, designadamente em termos de realização, eficiência na utilização dos recursos disponíveis e eficácia face aos objectivos definidos. Este exercício de avaliação assume particular relevância para as entidades de gestão, dado que é aquele que permite transpor para o modelo de gestão em vigor as conclusões do exame realizado.	Avaliação intermédia
Avaliação on going	(Evaluation chemin-faisant; On-going evaluation) Exercício de avaliação que se prolonga por todo o período de vigência de uma intervenção pública. Distingue-se do “Acompanhamento” pelo objecto do exercício (centrado na definição de questões-chave de avaliação) e também pela autonomia funcional face à gestão.	Avaliação in itinere

Avaliação temática**(Evaluation thématique;
Thematic evaluation)**

Avaliação que analisa transversalmente um aspecto particular, no quadro de várias intervenções públicas. Esse aspecto tanto pode ser um impacte esperado (competitividade das empresas, melhoria do ambiente), como um domínio específico (actividades de I&D). Pode assumir formas diversas, desde a análise da incorporação de um dado tema na concepção de intervenções públicas a uma análise de eficácia comparada das várias intervenções face a um objectivo transversal

Distingue-se da avaliação em profundidade, centrada de forma precisa num conjunto de realizações ou num dado público-alvo, mas também dos exercícios de avaliação global que se debruçam de forma exaustiva sobre uma intervenção pública.

Beneficiário final**(Bénéficiaire final; Final recipient)**

As entidades, públicas ou privadas, responsáveis pela encomenda de trabalhos financiados pelos Fundos ou, no caso de sistemas de incentivos, pela distribuição de ajudas públicas aos destinatários directos.

No primeiro destes casos, os beneficiários finais são simultaneamente executores; no segundo caso, os beneficiários finais servem de mediadores entre a gestão das intervenções e os executores.

Desempenho**(Performance; Performance) Performance**

Conceito ambíguo que, geralmente, se confunde com eficiência.

Noutros casos, porém, combina eficiência e eficácia, pela associação de uma dimensão qualitativa (ou de uma relação com objectivos pré-definidos) a uma relação entre recursos mobilizados e realizações ou efeitos obtidos.

Exemplo: a performance de uma intervenção na área da formação profissional pode ser avaliada combinando a análise dos custos unitários por acção ou o investimento associado a cada auto-emprego criado (óptica de eficiência) com a taxa de realização das acções previstas ou o número de empregos criados por efeito da intervenção (óptica de eficácia)

A reserva de eficiência prevista no QCA III procura medir a performance dos diversos Programas Operacionais, entendida neste último sentido.

Destinatário directo**(Destinataire direct;
Direct addressee)****Beneficiário**

Pessoa ou entidade que é directamente atingida pela intervenção pública.

Nota: a utilização da designação destinatário é claramente preferível à de beneficiário, dado que os efeitos de uma intervenção porque podem ser positivos ou negativos nem sempre se traduzem em "benefícios".

Por outro lado, a utilização do termo "beneficiário" confunde-se com a de "beneficiário final" que tem um sentido bem diferente (ver beneficiário final).

Destinatário indirecto**(Destinataire indirect;
Indirect addressee)**

Pessoa, pessoas ou entidades que, não tendo contacto directo com uma intervenção pública, sentem os seus efeitos, por exemplo, por intermédio dos destinatários directos.

	(do francês; do inglês)	Termos relacionados
Domínio de avaliação	(Champ de l'évaluation; Scope of evaluation) Delimitação precisa do objecto de avaliação, do que é avaliado. O campo de avaliação deve ser circunscrito no plano operacional (a totalidade ou uma parcela da intervenção pública, uma ou mais políticas públicas), no plano institucional (a ou as autoridades envolvidas), no plano temporal (período concreto a que se refere) e no plano geográfico (o ou os territórios de incidência).	
Efeito	(Effet; Effect) Mudança sócio-económica que resulta directa ou indirectamente de uma intervenção pública. Os efeitos dividem-se em resultados (efeitos imediatos sobre os destinatários directos) e em impactes (efeitos mediatos sobre os destinatários directos e efeitos sobre o conjunto da população abrangida ou sobre um dado contexto).	
Efeito directo	(Effet direct; Direct effect) Efeito de uma intervenção pública sobre os destinatários directos.	
Efeito indirecto	(Effet indirect; Indirect effect) Efeito de uma intervenção pública que se propaga na economia, na sociedade ou no ambiente, para além dos seus destinatários directos.	Efeito induzido
Efeito perverso	(Effet pervers; Perverse effect) Efeito negativo, em geral revelado pelos exercícios de avaliação, não previsto aquando da concepção da intervenção pública. A detecção de efeitos não esperados (positivos ou negativos/perversos) deve constituir um objectivo dos exercícios de avaliação, sendo geralmente desenvolvido através de técnicas de análise indutiva.	Efeito não esperado
Efeito secundário	(Effet secondaire; Secondary effect) Efeito de uma intervenção pública que se propaga na economia, na sociedade ou no ambiente, para além dos seus destinatários directos e o primeiro círculo de destinatários indirectos.	
Eficácia	(Efficacité; Effectiveness) Relação entre os efeitos produzidos por uma intervenção pública e os objectivos que se propunha atingir. A eficácia pode ser quantificada através de indicadores de realização (a realização face a um dado objectivo operacional), de indicadores de resultado (o efeito imediato sobre os destinatários directos atribuível à intervenção face a um dado objectivo específico) ou de indicadores de impacte (o efeito geral atribuível a uma intervenção pública face a um dado objectivo global).	Sucesso
Eixo	(axe; axis) Nível de programação em que se subdivide um Programa e que geralmente corresponde a um objectivo global ou a um campo de intervenção bem definido. O QCAIII também é organizado por eixos – eixos prioritários - que, neste caso, agrupam vários Programas.	Programa

Estratégia	(Stratégie; Strategy) Seleção das prioridades de acção em função da urgência das necessidades a satisfazer, da gravidade dos problemas a resolver e das possibilidades de êxito das acções potenciais. A formulação de uma estratégia implica seleccionar objectivos hierarquizados e quantificados, mas igualmente identificar as formas de os alcançar (quadro institucional e sistema de actores, recursos públicos, etc.).
Estudo de caso	(Etude de cas; Case study) Estudo em profundidade Estudo em profundidade de um objecto de análise, em função de objectivos previamente definidos. É particularmente útil no que respeita a análises de carácter indutivo de impactes, designadamente em intervenções inovadoras ou experimentais.
Executor	Operador, promotor Pessoa ou entidade, pública ou privada, que solicita e obtém uma ajuda no quadro de uma intervenção pública, tendo em vista um projecto ou uma acção bem determinados. No quadro do FSE, os executores ou seja todas as entidades que recebem apoios financeiros designam-se por “entidades titulares dos pedidos de financiamento”. Subsequentemente e em função do seu papel no mercado podem ser “entidades beneficiárias” (as que promovem formação para os seus quadros e portanto o enfoque reside no seu papel de empregadoras), “entidades formadoras” (as que disponibilizam uma oferta formativa, em regime intra ou inter empresas, sendo o enfoque na sua intervenção enquanto prestadoras de serviços) e ainda “outros operadores” (as que intervêm mediando as relações de oferta/procura, promovendo formação para pessoas externas).
Fiabilidade	(Fiabilité; Reliability) Objectividade Qualidade da recolha de dados, que se atinge quando a técnica utilizada permite produzir informações similares no decurso de observações repetidas em condições idênticas. Depende do respeito pela técnicas de amostragem e, em termos mais gerais, pelas técnicas de recolha de informação.
Grupo de acompanhamento	(Groupe de pilotage; Steering group) Grupo Técnico de Avaliação No quadro do acompanhamento dos exercícios externos de avaliação, é o grupo restrito de funcionários da Administrações Pública directamente responsáveis por uma intervenção, eventualmente reforçado por especialistas.
Impacte	(Impact; Impact, Outcome) Efeito não imediato sobre os destinatários directos ou efeito sobre o conjunto de uma população abrangida directa ou indirectamente por uma intervenção pública.
Impacte específico	(Impact spécifique; Specific impact) Efeito não imediato de uma intervenção pública sobre os seus destinatários directos.
Impacte global	(Impact global; Global impact) Efeito geral que se observa ao nível macro-económico ou macro-social.

	(do francês; do inglês)	Termos relacionados
Indicador	<p>(Indicateur; Indicator)</p> <p>No quadro da implementação das intervenções públicas co-financiadas pelos Fundos Estruturais, considera-se a forma de quantificação ilustrativa de um objectivo definido, de um recurso mobilizado, de uma realização atingida, de um efeito obtido ou de uma variável de contexto.</p> <p>As principais tipologias de indicadores são definidas em função de:</p> <p>Do nível de tratamento da informação: indicadores elementares, derivados ou compósitos;</p> <p>Da possibilidade de comparação que permitem: indicadores específicos ou genéricos;</p> <p>Do estágio de desenvolvimento de uma intervenção: indicadores de recursos (mobilizados), de realização, de resultados ou de impactes;</p> <p>Da finalidade a que se destinam: indicadores de acompanhamento ou de avaliação;</p> <p>Do critério de avaliação a que se subordinam: de relevância, de eficiência ou de eficácia.</p>	
Intervenção (pública)	<p>(Intervention; Intervention)</p> <p>Toda a acção desenvolvida pelas autoridades públicas que, independentemente da sua natureza e amplitude, constitui um conjunto coerente visa alcançar determinados objectivos.</p> <p>Nesta óptica ampla, enquadra desde o projecto (o mais específico) à política (o mais geral).</p>	
Intervenção operacional	<p>(Intervention opérationnel; Operational Intervention)</p> <p>Expressão utilizada para designar genericamente as diferentes formas de que se reveste a acção dos Fundos, correspondendo a conjuntos coerentes de acções plurianuais de carácter sectorial ou regional - Programas e Sub-Programas - de iniciativa nacional ou comunitária.</p>	
Medida	<p>(Measure; Measure)</p> <p>No quadro da política europeia de coesão económica e social, unidade de base da gestão dos programas, constituída por projectos da mesma natureza e dispondo de um orçamento definido. Forma de concretização de um eixo prioritário ao longo do período de programação.</p> <p>Ver Programa.</p>	
Metodologia (de avaliação)	<p>(Méthode; Methodology)</p> <p>Métodos, técnicas</p> <p>Plano de trabalho completo da equipa de avaliação, construído especialmente para responder ao conjunto das questões de avaliação. Compreende um conjunto de métodos e técnicas adequados a cada aspecto dessa avaliação.</p> <p>Consideram-se métodos os procedimentos concebidos para responder a uma questão particular da avaliação e técnicas os procedimentos estandarizados que permitem cumprir uma dada função (por exemplo, análise de regressão, inquérito).</p>	
Modelo macroeconómico	<p>(Modèle-macro économique; Macro-economic model)</p> <p>Ferramenta, em geral de grande complexidade, que permite estimar os principais mecanismos de um sistema económico nacional ou regional.</p>	
Monitorização	<p>Ver Acompanhamento</p>	

Objectivo	(Objectif; Objective) Enunciado prévio, claro e explícito dos efeitos que uma intervenção pública deve alcançar.	
Objectivo específico	(Objectif spécifique; Specific objective) Objectivo que diz respeito aos efeitos de uma intervenção sobre os seus destinatários directos	
Objectivo global	(Objectif global; Global objective) Objectivo que diz respeito aos efeitos gerais de uma intervenção, que se expressam sobre o conjunto de uma população (destinatários directos e indirectos) ou sobre um dado contexto sócio-económico.	
Operação	(Opération; Operation) Qualquer projecto ou acção realizado por beneficiários finais das intervenções ou, no caso de regimes de incentivos, pelos seus destinatários directos.	
Política	(Politique; Policy) Conjunto de actividades de natureza diversa (programas, procedimentos, leis ou regulamentos) que são dirigidos a um mesmo objectivo geral.	
Programa	(Programme; Programme) Conjunto coerente de recursos financeiros, organizacionais e humanos mobilizados para atingir um dado objectivo ou conjunto de objectivos, num determinado espaço de tempo. No caso das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais, os programas decompõem-se geralmente em eixos, medidas, acções e projectos.	
Projecto	(Projet; Project)	Grande projecto Operação delimitada em termos de calendário e de orçamento, que é da responsabilidade de um promotor. Um grande projecto é, nos termos do regulamento 1260/99, o que envolve uma comparticipação comunitária superior a 50 milhões de euro.
Realização (física)	(Réalisation; Output)	Realizações; Outputs Quando aplicado a um projecto, avanço real na execução do seu conteúdo ou das suas componentes. Quando aplicado a um Programa ou Medida, o termo realização (ou, mais frequentemente, o seu plural realizações) é utilizado para designar o produto mais imediato de uma intervenção pública, o seu output (o número de acções de formação realizadas ou os quilómetros de estrada construídos). Ver Taxa de realização.
Relevância	(Pertinence; Relevance)	Pertinência Adequação entre os objectivos explícitos de uma intervenção pública e os problemas sócio-económicos que visa enfrentar. A análise da relevância constitui um aspecto essencial do exercício de avaliação, embora seja particularmente importante no caso da avaliação ex ante.
Resultado	(Résultat; Result, Immediate outcome)	Produto Efeito de uma intervenção sobre o seu público-alvo ou conjunto de destinatários directos. São observáveis no momento da conclusão da intervenção (exemplo: diminuição do tempo médio de deslocação resultante da conclusão de uma nova estrada).

	(do francês; do inglês)	Termos relacionados
Situação esperada	(Situation attendue, Expected situation) Estado do contexto económico, social ou ambiental que se prevê venha a ser atingido na sequência de uma dada intervenção pública.	
Situação de referência	(Situation de référence; Baseline) Estado do contexto económico, social ou ambiental num momento determinado (geralmente no início da intervenção), a partir do qual se medem as transformações verificadas.	Situação de partida
Subsidiariedade	(Subsidiarité; Subsidiarity) Princípio de actuação, segundo o qual uma intervenção ou um processo de decisão deve ter lugar no plano (público ou privado) e ao nível (comunitário, nacional, regional ou local) que se revele mais eficaz.	
Sustentabilidade (das intervenções)	(Durabilité; Sustainability) No quadro de intervenções públicas, qualidade associada a efeitos que perduram no tempo (no médio ou no longo prazo). De uma forma mais geral, os efeitos consideram-se sustentáveis se, concluída a intervenção, a actividade alvo é capaz de gerar os meios necessários à sua continuação com o mesmo nível de resultados e se não é acompanhada de efeitos paralelos negativos (por exemplo sobre o ambiente).	Durabilidade
Taxa de aprovação	Indicador de gestão que traduz a relação entre projectos aprovados e projectos apresentados (candidaturas). Em geral, calcula-se relacionando o número de projectos (número de aprovados sobre número de candidaturas), mas nalguns casos é útil utilizar as variáveis investimento total ou investimento público previsto (investimento associado aos projectos aprovados sobre investimento associado às candidaturas).	
Taxa de cobertura	(Taux de couverture; Coverage rate) Indicador de acompanhamento que traduz a parcela do universo dos potenciais destinatários efectivamente tocados pela intervenção pública. No caso da parcela da população abrangida sobre quem recai informação do programa utiliza-se preferencialmente a designação de taxa de exposição.	Taxa de exposição
Taxa de execução	Designação equívoca, com que se pretende traduzir uma relação entre despesa efectivamente realizada e despesa programada, por vezes também designada Taxa de realização financeira. Ambas podem ser substituídas, com vantagem, por designações mais precisas: taxa de absorção financeira e taxa de execução da despesa aprovada relativas a um dado ano ou período de tempo.	Taxa de realização financeira
Taxa de realização	(Taux de réalisation; Completion rate) Parcela das realizações concretizadas relativamente às inicialmente previstas ou programadas. Indicador que permite estabelecer com rigor o grau de aproximação a uma dada meta (a conclusão do projecto ou da acção ou o objectivo quantificado da medida ou do programa).	Taxa de realização física



D | Anexos





Domínio Território

ESTRUTURA DA BASE DE DADOS

N.º	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
1	Indic	Código do Indicador
111		Proporção de espécies de interesse comunitário alvo de acções e medidas de conservação (%)
112		Território sob estatuto de protecção para conservação da natureza (%)
113		SAL sujeita a boas práticas agrícolas (%)
114		Gestão Sustentável e estabilidade ecológica da floresta (a definir indc.)
115		Edifícios restaurados/edifícios com obras concluídas
121		N.º de aglomerações externas à AML com funções/áreas de influência de nível supramunicipal, em domínios específicos (sectores público e privado)
122		N.º de concentrações externas à cidade de Lisboa com mais de XX mil empregos
123		Caminhos e electrificação agro-rurais (a definir indc.)
131		% de costa intervencionada face ao total de costa a intervencionar
132		% de sedes de concelho externas à AML envolvidas em projectos em execução de reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos
133		Tempo médio de aprovação de projectos nas autarquias
134		N.º de parcerias público/privado em intervenções urbanas com investimento superior a X 5 mil Euros
135		% de população abrangida por intervenções intermunicipais em execução, por grandes domínios
136		% de sedes de concelho com projectos de requalificação dos centros históricos
137		% de aglomerações candidatáveis ao Urbecom com intervenções integradas de urbanismo comercial
211		% de população residente < 15 minutos de uma sede de concelho (TP e T1)
212		Tempos médios de deslocação em TP, por modos, e TI entre áreas/aglomerações a definir (isoacessibilidades)
213		Densidade rodoviária da rede municipal (Km/1000KM²), por tipo de via
214		Tempo de percurso das cidades médias [entre si e] à AML (rodo. e ferrov.)
221		Acessos RDIS / 1000 habitantes
222		Comercio internacional declarado / 1000 postos de trabalho
231		Total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros/ 1000 habitantes
232		Sociedades atraídas / stock existente
233		Total de dormidas de visitantes estrangeiros/ 1000 habitantes

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

N.º	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
311		Indicador de qualidade do ar
312		Indicador de qualidade da água (litoral, estuário,...)
313		Indicador de qualidade dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais
314		Indicador de qualidade dos sistemas de tratamento de RSU e resíduos industriais
321		Valorização do ambiente e do património rural (3 indicadores a definir)
322		Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural (2 indicadores a definir)
323		Cobertura de população rural regional abrangida por intervenções de dinamização económica e social das aldeias e centros rurais, em (%)
331		Área verde (m ²) / 1000 habitantes
332		Área pedonalizada e/ou com trânsito condicionado (m ²) / 10000 habitantes
333		% população abrangida por intervenções integradas de reabilitação urbana
2	Nome_ind	Designação do Indicador
3	Dim_ana1	Dimensões de análise nível 1
1		Ordenamento do Território
2		Melhoria das condições de mobilidade e atracção
3		Qualidade de vida
4	Dim_ana2	Dimensões de análise nível 2
11		Conservação e preservação patrimonial
12		Organização do território
13		Gestão do território
21		Acessibilidade
22		Conectividade
23		Atractividade
31		Qualidade ambiental geral
32		Áreas rurais
33		Áreas urbanas
5	Tip_ind	Tipo de Indicador
1		SIFEC
2		PO
3		Conceptual

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

N.º	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
6	Nív_ind	Grau de prioridade do indicador
7	Font_Ins	Fonte do Indicador - Instituição
8	Font_Pub	Fonte do Indicador - Publicação
9	Period	Periodicidade
10	Des_temp	Desfasamento temporal (tempo que medeia entre o ano de referência da informação e o momento da sua disponibilização-considerado em anos)
11	For_calc	Fórmula de Cálculo

Sub-objectivos estratégicos

(onde o valor 1 significa que existe relação entre o indicador e sub-objectivo estratégico e o valor 0 significa que tal relação é inexistente)

12	subj_111	Uma região com qualidade ambiental: recursos hídricos, litoral e áreas protegidas
13	subj_113	Uma região estruturada: uma metrópole com duas margens; espaços sub-regionais complementares e interactivos; uma combinação...
14	subj_114	Uma região governável: participação, capacidade institucional, descentralização, partilha de responsabilidades
15	subj_121	Um ambiente rural ambientalmente sustentável e multi-funcional
16	subj_122	Um sistema de cidades qualitativamente competitivas

Medidas do Programa Operacional

(onde o valor 1 significa que existe relação entre o indicador e a medida e o valor 0 significa que tal relação é inexistente)

17	MedPO_11	P011 acessibilidades e equipamentos
18	MedPO_12	P012 valorização ambiental e patrimonial
19	MedPO_15	P015 acções específicas de valorização territorial
20	MedPO_21	P021 qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial
21	MedPO_23	P023 VALTEJO
22	MedPO_315	P0315 agricultura de desenvolvimento rural
23	MedPO_318	P0318 ambiente

BASE DE DADOS

Indic	Nome_ind	Dim_ana1	Dim_ana2	Tip_ind	Niv_ind	Font_Ins	Font_Pub
111	Proporção de espécies de interesse comunitário alvo de acções e medidas de conservação (%)	1	11	1		DGDR	SIFEC
112	Território sob estatuto de protecção para conservação da natureza (%)	1	11	2		CCRLVT	PO
113	SAU sujeita a boas práticas agrícolas (%)	1	11	1		DGDR	SIFEC
114	Gestão Sustentável e estabilidade ecológica da floresta (a definir indc.)	1	11	2		CCRLVT	PO
115	Edifícios restaurados / edificios com obras concluídas	1	11	3		INE	Estatísticas da Construção
121	N.º de aglomerações externas à AML com funções/áreas de influência de nível supramunicipal, em domínios específicos (sectores público e privado)	1	12	3		DGOTDU INE	Inventário Municipal
122	N.º de concentrações externas à cidade de Lisboa com mais de XX mil empregos	1	12	3		MESS	Quadros de pessoal
123	Caminhos e electrificação agro-rurais (a definir indc.)	1	12	2		CCRLVT	PO
131	% de costa intervencionada face ao total de costa a intervencionar	1	13	2		CCRLVT	PO
132	% de sedes de concelho externas à AML envolvidas em projectos em execução de reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos	1	13	2		CCRLVT	PO
133	Tempo médio de aprovação de projectos nas autarquias	1	13	3		CCRLVT	Inquérito às Autarquias
134	N.º de parcerias público/privado em intervenções urbanas com investimento superior a X 5 mil euros	1	13	3		CCRLVT	Inquérito às Autarquias
135	% de população abrangida por intervenções intermunicipais em execução, por grandes domínios	1	13	3		CCRLVT	Inquérito às Autarquias
136	% de sedes de concelho com projectos de requalificação dos centros históricos	1	13	3		CCRLVT	Inquérito às Autarquias
137	% de aglomerações candidatáveis ao Urbecom com intervenções integradas de urbanismo comercial	1	13	3		CCRLVT	PO
211	% de população residente < 15 minutos de uma sede de concelho (TP e T1)	2	21	3		Tratamento próprio	
212	Tempos médios de deslocação em TP, por modos, e TI entre áreas/aglomerações a definir (isoacessibilidades)	2	21	3		Tratamento próprio	PO
213	Densidade rodoviária da rede municipal (Km/1000Km²), por tipo de via	2	21	2		CCRLVT	PO
214	Tempo de percurso das cidades médias [entre si e] à AML (rodo. e ferrov.)	2	21	1		DGDR	SIFEC
221	Acessos RDIS / 1000 habitantes	2	22	3		P.Telecom do Comércio	?
222	Comercio internacional declarado / 1000 postos de trabalho	2	22	3		INE	Estatísticas
231	Total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros/ 1000 habitantes	2	23	3		INE	Anuário Estatístico
232	Sociedades atraídas / stock existente	2	23	3		CTT + MESS	
233	Total de dormidas de visitantes estrangeiros/ 1000 habitantes	2	23	3		INE	Anuário Estatístico
311	Indicador de qualidade do ar	3	31	3		DRAOT	?
312	Indicador de qualidade da água (litoral, estuário,...)	3	31	3		DRAOT	?
313	Indicador de qualidade dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	3	31	3		DRAOT	?
314	Indicador de qualidade dos sistemas de tratamento de RSU e resíduos industriais	3	31	3		DRAOT	?
321	Valorização do ambiente e do património rural (3 indicadores a definir)	3	32	2		CCRLVT	PO
322	Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural (2 indicadores a definir)	3	32	2		CCRLVT	PO
323	Cobertura de população rural regional abrangida por intervenções de dinamização económica e social das aldeias e centros rurais (%)	3	32	1		DGDR	SIFEC
331	Área verde (m²) / 1000 habitantes	3	33	3		CCRLVT	Inquérito às Autarquias
332	Área pedonalizada e/ou com trânsito condicionado (m²) / 10000 habitantes	3	33	2		CCRLVT	PO

Period	Des_temp	For_calc	sobj_111	sobj_113	sobj_114	sobj_121	sobj_122	MedPO_11	MedPO_12	MedPO_15	MedPO_21	MedPO_23	MedPO_315	MedPO_318
semestral			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
semestral			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
semestral			0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
semestral			0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0
anual			0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
anual			0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
anual			0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
semestral			0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
semestral			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
semestral			0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0
anual			0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
anual			0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
anual			0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
anual			0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
trimestral			0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
anual			0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
anual			0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
semestral			0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
semestral			0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
semestral			0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
anual			0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
anual			0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
anual			0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
anual			0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
anual			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
anual			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
anual			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
trimestral			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
semestral			0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0
semestral			0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
semestral			0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
anual			0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
semestral			0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0

ESTRUTURA DA BASE DE DADOS

N.º	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
1	Indic	Código do Indicador
	111	Taxa de participação eleitoral
	112	Taxa de participação associativa
	211	Percentagem de cobertura em pré-escolar
	212	Taxas de insucesso e abandono, por grupos culturais
	213	Nível de habilitações da população por grupos etários
	214	Percentagem de jovens com mais de 17 anos frequentando cursos superiores
	221	N.º de activos em formação / total de activos
	222	Taxa de inserção profissional dos formandos
	231	Postos de trabalho criados por sector de actividade
	232	Emprego por perfil de trabalhador: idade, sexo, habilitações, sectores de actividade
	233	Rácio procura/oferta de emprego
	234	Relação de repartição entre capital e trabalho
	235	N.º de pessoas desfavorecidas e portadoras de deficiência que beneficiaram de apoios à integração
	236	N.º de pessoas abrangidas por medidas do Mercado Social de Emprego, por sexo e escalão etário
	311	N.º de projectos e área de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio (há)
	312	Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos, apoiados (n.º de há)
	313	Superfície de espaço público intervencionado, por tipo de espaço (n.º de m ²)
	314	Cobertura da população regional urbana a abranger por intervenções integradas de reabilitação urbana (n.º)
	315	Investimento- e racio face ao investimento total- de projectos orientados para a inserção de minorias étnicas
	321	Cobertura da população rural regional abrangida por intervenções de dinamização económica e social das aldeias e centros rurais (5) (outros PO regionais)
	331	Acréscimo anual de visitantes a monumentos e museus
	332	Grau de captação de novos públicos (% de novos espectadores relativamente ao total)
	333	N.º de iniciativas de promoção / animação cultural, apoiadas
	334	N.º de congressos, seminários, workshops, apoiados
	335	N.º de projectos de promoção e cooperação internacional, apoiados
	336	Organismos que disponibilizam correio electrónico aos seus funcionários
	337	Organismos que disponibilizam correio electrónico externo aos seus funcionários
	338	Organismos com acesso à internet
	339	Organismos que disponibilizam formulários à Internet
	3310	Organismos que aceitam formulários através da Internet
	3311	Organismos que utilizam as TIC em processos comuns com recurso a comunicação via Internet (correspondência, recursos humanos, etc.)
	3312	N.º de projectos apoiados (SI) por tipologia
	3313	N.º de instituições locais ou cidades envolvidas (SI)
	3314	N.º de regiões ou cidades envolvidas (SI)
	3315	N.º de projectos locais e instituições apoiadas (SI), por tipologia

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

Domínio Pessoas

N.º	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
411		Taxa de mortalidade perinatal
412		Taxa de criminalidade
421		Peso da população residente servida por água ao domicílio, recolha de lixos e esgotos de rede pública
422		N.º de pessoas abrangidas por projectos de reabilitação ambiental e urbana (retirar de n.º de projectos e área de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio (n.º de há)
423		População habitando em barracas e evolução da percentagem de parque de alojamento público
424		Oferta em lugares em centros de dia, centros de convívio para a 3.ª idade
425		N.º de lugares em equipamentos e actividades para a terceira idade
431		Tempo médio de espera para consultas/ cirurgias/ terapias / meios complementares de diagnóstico ou percentagem de pessoas sem médico de família
511		Distribuição de Rendimentos (medida que compara os 20% de maiores rendimentos com os 20% de menores rendimentos)
521		Percentagem de população com o Rendimento Mínimo de Inserção
531		Diferenciação regional ao nível do PNB
541		N.º de pessoas abrangidas por projectos integrados de desenvolvimento local em zonas culturalmente heterogéneas
2	Nome_ind	Designação do Indicador
3	Dim_ana1	Dimensões de análise nível 1
	1	Participação Democrática
	2	Qualificação dos Recursos Humanos
	3	Ordenamento do Território
	4	Qualidade de vida
	5	Coesão Social
4	Dim_ana2	Dimensões de análise nível 2
	11	Participação eleitoral
	12	Participação associativa
	21	Educação
	22	Formação
	23	Emprego
	31	Espaço construído e espaço público
	32	Espaço rural
	33	Cultura
	41	Bem-estar físico
	42	Acesso a equipamentos básicos
	43	Acesso aos serviços de saúde
	44	Auto-apreciação e satisfação face à qualidade de vida
	51	Polarização de rendimentos

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

N.º	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
52	Pobreza	
	53	Coesão Territorial e Regional
	54	Grupos vulneráveis
5	Tip_ind	Tipo de Indicador
	1	SIFEC
	2	PO
	3	Conceptual
6	Niv_ind	Grau de prioridade do indicador
7	Font_Ins	Fonte do Indicador - Instituição
8	Font_Pub	Fonte do Indicador - Publicação
9	Period	Periodicidade
N.º	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
10	Des_temp	Desfasamento temporal (tempo que medeia entre o ano de referência da informação e o momento da sua disponibilização-considerado em anos)
11	For_calc	Fórmula de Cálculo

Sub-objectivos estratégicos

(onde o valor 1 significa que existe relação entre o indicador e sub-objectivo estratégico e o valor 0 significa que tal relação é inexistente)

11	subj_112	Uma região socialmente justa: a equidade territorial como vector de coesão social
12	subj_113	Uma região estruturada: uma metrópole com duas margens
13	subj_114	Uma região governável: participação, capacidade institucional, descentralização, partilha de responsabilidades
14	subj_121	Um ambiente rural ambientalmente sustentável e multi-funcional
15	subj_122	Um sistema de cidades qualitativamente competitivas
16	subj_123	Valorização do conhecimento, da cultura e das identidades, que qualifique as pessoas e reforce os laços de proximidade
17	subj_124	Dinamização e reconversão da base económica local que qualifique a iniciativa empresarial e o emprego
18	subj_211	Valorizar a diversidade e a tolerância: fortalecer relações com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e com os países de origem das comunidades instaladas na região
19	subj_212	A cultura e as ideias, veículos privilegiados de aproximação: arte, investigação, cooperação, três domínios prioritários
20	subj_221	Atracção de Quadros Sêniores: mudar de vida, manter-se activo
21	subj_222	Turismo e saúde para os segmentos sêniores: manter a vida, reforçar a convivialidade
22	subj_310	Uma nova relevância mundial: Consolidar nós nas redes de mobilidade global de informação, conhecimento e criatividade

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

N.º	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Medidas do Programa Operacional (onde o valor 1 significa que existe relação entre o indicador e a medida e o valor 0 significa que tal relação inexistente)		
23	MedPO_11	P011 acessibilidades e equipamentos
24	MedPO_13	P013 capacidade institucional regional
25	MedPO_14	P014 formação para o desenvolvimento
26	MedPO_15	P015 acções específicas de valorização territorial
27	MedPO_21	P021 qualificação das cidades e requalificação metropolitana- componente territorial
28	MedPO_22	P022 qualificação das cidades e requalificação metropolitana - componente empregabilidade
29	MedPO_23	P023 VALTEJO
30	MedPO_24	P024 formação e empregabilidade
31	MedPO_31	P031 promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa
32	MedPO_32	P032 formação ao longo da vida e adaptabilidade
33	MedPO_33	P033 qualificação e inserção profissional dos desempregados
34	MedPO_34	P034 criação de emprego
35	MedPO_35	P035 eficácia e equidade das políticas
36	MedPO_36	P036 promoção do desenvolvimento social
37	MedPO_37	P037 apoio ao investimento no desenvolvimento local e social
38	MedPO_38	P038 infra-estruturas de educação pré-escolar, ensino básico e secundário
39	MedPO_39	P039 ensino profissional
40	MedPO_312	P0312 sociedade de informação (FEDER)
41	MedPO_315	P0315 agricultura de desenvolvimento rural
42	MedPO_318	P0318 AMBIENTE
43	MedPO_319	P0319 saúde
44	MedPOE_11	POE11 (Programa Operacional Economia)
45	MedPOE_12	POE12 (Programa Operacional Economia)
46	MedPOC_00	POC (Programa Operacional da Cultura)
47	MedPOC_11	POC11 (Programa Operacional da Cultura)

BASE DE DADOS

Indic	Nome_ind	Dim_ana1	Dim_ana2	Tip_ind	Niv_ind	Font_Ins	Font_Pub
111	Taxa de participação eleitoral	1	11	3		STAPE	?
112	Taxa de participação associativa	1	12	3		?	?
211	Percentagem de cobertura em pré-escolar	2	21	3		Ministério da Educação	Estatísticas de Educação
212	Taxas de insucesso e abandono, por grupos culturais	2	21	3		Observatório das Minorias?	Base de dados do Observatório
213	Nível de habilitações da população por grupos etários	2	21	3		INE	Censos 2001 e Estimativas da população residente
214	Percentagem de jovens com mais de 17 anos frequentando cursos superiores	2	21	3		Ministério da Educação	Direcção Geral de Ensino Superior
221	N.º de activos em formação / total de activos	2	22	2		CCRLVT	PO
222	Taxa de inserção profissional dos formandos	2	22	3		MTS	OEVA/ IEFP
231	Postos de trabalho criados por sector de actividade	2	23	1		DGDR	SIFEC
232	Emprego por perfil de trabalhador: idade, sexo, habilitações, sectores de actividade	2	23	3		MTS	Quadros de Pessoal
233	Rácio procura/oferta de emprego	2	23	3		MTS	IEFP Estatísticas de Emprego1
234	Relação de repartição entre capital e trabalho	2	23	3		MTS?	Quadros de Pessoal?
235	N.º de pessoas desfavorecidas e portadoras de deficiência que beneficiaram de apoios à integração	2	23	2		CCRLVT	PO
236	N.º de pessoas abrangidas por medidas do Mercado Social de Emprego, por sexo e escalão etário	2	23	2		CCRLVT	PO
311	N.º de projectos e área de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio (há)	3	31	2		CCRLVT	PO
312	Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos, apoiados (n.º de há)	3	31	2		CCRLVT	PO
313	Superfície de espaço público intervencionado, por tipo de espaço (n.º de m²)	3	31	2		CCRLVT	PO
314	Cobertura da população regional urbana a abranger por intervenções integradas de reabilitação urbana (n.º)	3	31	2		CCRLVT	PO
315	Investimento- e ratio face ao investimento total- de projectos orientados para a inserção de minorias étnicas	3	31	3		?	?
321	Cobertura da população rural regional abrangida por intervenções de dinamização económica e social das aldeias e centros rurais (5) (outros PO regionais)	3	32	1		DGDR	SIFEC
331	Acréscimo anual de visitantes a monumentos e museus (% de novos espectadores relativamente ao total)	3	33	1		DGDR	SIFEC
332	Grau de captação de novos públicos	3	33	1		DGDR	SIFEC
333	N.º de iniciativas de promoção / animação cultural, apoiadas	3	33	2		CCRLVT	PO
334	N.º de congressos, seminários, workshops, apoiados	3	33	2		CCRLVT	PO
335	N.º de projectos de promoção e cooperação internacional, apoiados	3	33	2		CCRLVT	PO
336	Organismos que disponibilizam correio electrónico aos seus funcionários	3	33	2		CCRLVT	PO
337	Organismos que disponibilizam correio electrónico externo aos seus funcionários	3	33	2		CCRLVT	PO
338	Organismos com acesso à internet	3	33	2		CCRLVT	PO
339	Organismos que disponibilizam formulários à Internet	3	33	2		CCRLVT	PO

Period	Des_temp	For_calc	sobj_112	sobj_113	sobj_114	sobj_121	sobj_122	sobj_123	sobj_124	sobj_211	sobj_212	sobj_221	sobj_222	sobj_310
Eleições autárquicas			0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anual			0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anual			1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Anual			1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Anual			0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Anual			0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
trimestral			0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
trimestral			0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
trimestral			0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Anual			0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Mensal/trimestral				0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Anual			0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
trimestral			0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
trimestral			0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
trimestral			1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
trimestral			1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
trimestral			0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
trimestral			0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
?			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
trimestral			0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
trimestral			0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
trimestral			0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
trimestral			0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
trimestral			0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
trimestral			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
trimestral			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
trimestral			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
trimestral			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

MedPO_33	MedPO_34	MedPO_35	MedPO_36	MedPO_37	MedPO_38	MedPO_39	MedPO_312	MedPO_315	MedPO_318	MedPO_319	MedPOE_11	MedPOE_12	MedPOC_00	MedPOC_11
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

Indic	Nome_ind	Dim_ana1	Dim_ana2	Tip_ind	Niv_ind	Font_Ins	Font_Pub
3310	Organismos que aceitam formulários através da Internet	3	33	2		CCRLVT	PO
3311	Organismos que utilizam as TIC em processos comuns com recurso a comunicação via Internet (correspondência, recursos humanos, etc.)	3	33	2		CCRLVT	PO
3312	N.º de projectos apoiados (SI) por tipologia	3	33	2		CCRLVT	PO
3313	N.º de instituições locais ou cidades envolvidas (SI)	3	33	2		CCRLVT	PO
3314	N.º de regiões ou cidades envolvidas (SI)	3	33	2		CCRLVT	PO
3315	N.º de projectos locais e instituições apoiadas (SI), por tipologia	3	33	2		CCRLVT	PO
411	Taxa de mortalidade perinatal	4	41	3		INE	Indicadores Sociais
412	Taxa de criminalidade	4	41	3		Ministério da Justiça?	?
421	Peso da população residente servida por água ao domicílio, recolha de lixos e esgotos de rede pública	4	42	3		INE	Equipamentos?
422	N.º de pessoas abrangidas por projectos de reabilitação ambiental e urbana (retirar de n.º de projectos e área de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio (n.º de há)	4	42	3		CCRLVT	PO
423	População habitando em barracas e evolução da percentagem de parque de alojamento público	4	42	3		INE	?
424	Oferta em lugares em centros de dia, centros de convívio para a 3.ª idade	4	42	3		INE	Equipamentos?
425	N.º de lugares em equipamentos e actividades para a terceira idade	4	42	3		INE	Equipamentos?
431	Tempo médio de espera para consultas/cirurgias/terapias/meios complementares de diagnóstico ou percentagem de pessoas sem médico de família	4	43	3		INE	Estatísticas da Saúde e Equipamentos?
511	Distribuição de Rendimentos (medida que compara os 20% de maiores rendimentos com os 20% de menores rendimentos)	5	51	3		MTS	Quadros de Pessoal?
521	Percentagem de população com o Rendimento Mínimo de Inserção	5	52	3		IDS	Comissão do Rendimento Mínimo
531	Diferenciação regional ao nível do PNB	5	53	3		?	?
541	N.º de pessoas abrangidas por projectos integrados de desenvolvimento local em zonas culturalmente heterogéneas	5	54	3		?	?

Period	Des_temp	For_calc	sobj_112	sobj_113	sobj_114	sobj_121	sobj_122	sobj_123	sobj_124	sobj_211	sobj_212	sobj_221	sobj_222	sobj_310
trimestral			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
trimestral			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
trimestral			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
trimestral			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
trimestral			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
trimestral			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Anual			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
?			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anual			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
trimestral			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Anual			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anual			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anual			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Anual			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anual			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Semestral			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
?			1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
?			0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)



Indic	Nome_ind	MedPO_11	MedPO_13	MedPO_14	MedPO_15	MedPO_21	MedPO_22	MedPO_23	MedPO_24	MedPO_31	MedPO_32
3310	Organismos que aceitam formulários através da Internet	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3311	Organismos que utilizam as TIC em processos comuns com recurso a comunicação via Internet (correspondência, recursos humanos, etc.)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3312	N.º de projectos apoiados (SI) por tipologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3313	N.º de instituições locais ou cidades envolvidas (SI)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3314	N.º de regiões ou cidades envolvidas (SI)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3315	N.º de projectos locais e instituições apoiadas (SI), por tipologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
411	Taxa de mortalidade perinatal	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0
412	Taxa de criminalidade	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
421	Peso da população residente servida por água ao domicílio, recolha de lixos e esgotos de rede pública	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
422	N.º de pessoas abrangidas por projectos de reabilitação ambiental e urbana (retirar de n.º de projectos e área de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio (n.º de há)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
423	População habitando em barracas e evolução da percentagem de parque de alojamento público	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
424	Oferta em lugares em centros de dia, centros de convívio para a 3.ª idade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
425	N.º de lugares em equipamentos e actividades para a terceira idade	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
431	Tempo médio de espera para consultas/cirurgias/terapias/meios complementares de diagnóstico ou percentagem de pessoas sem médico de família	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
511	Distribuição de Rendimentos (medida que compara os 20% de maiores rendimentos com os 20% de menores rendimentos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
521	Percentagem de população com o Rendimento Mínimo de Inserção	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
531	Diferenciação regional ao nível do PNB	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
541	N.º de pessoas abrangidas por projectos integrados de desenvolvimento local em zonas culturalmente heterogéneas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0

ESTRUTURA DA BASE DE DADOS

N.º	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
1	Indic	Código do Indicador
	111	Aumento da produtividade, medido através de VAB do sector/Pessoal ao serviço
	112	Produtividade do trabalho (POE) – taxa de crescimento vendas/custo trabalho
	113	Redução da taxa de desemprego
	114	N.º projectos reforço dinâmicas desenvolvimento entre conjuntos urbanos apoiados
	121	Balanço do emprego criado
	122	Postos de trabalho/ano criados à escala local e da micro-iniciativa
	123	Emprego criado em PME's – n.º de ETI nas PME/emprego total
	124	Taxa de crescimento (empresas apoiadas face ao total) VAB/Emprego
	125	Caracterização das entidades empregadoras, por natureza
	211	Caracterização das entidades apoiadas, por sector de actividade
	212	Volume de negócios resultante de novos produtos, actividades inovadoras e novos potenciais de desenvolvimento / Total de volume de negócios das empresas
	213	Cidades da Região com mais de 50 000 habitantes com o estatuto de "Cidade digital"
	214	Coefficiente de Diversificação (sendo a situação antes do PO considerada como padrão)
	221	Exportações / Volume de vendas
	222	QM por modos, mercados (Rodoviário, marítimo, aéreo, outros)
	223	Impacto do QCA na diversificação de mercados - volume de negócios para terceiros mercados / volume de negócios para mercados externos
	224	Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações
	231	Produção científica nacional anual referenciada internacional (SCI)
	232	Despesa I&D nas empresas (% do PIB)
	233	Investimento em inovação (POE) – investimento ID+inovação / investimento total
	234	Congressos, seminários, workshops, apoiados PO
	235	Centros de Ciência Viva Criados
	236	N.º projectos de promoção e cooperação internacionais apoiados
	237	N.º de atletas federados por modalidade
	238	N.º de clubes desportivos federadas por modalidade
	239	N.º e características dos equipamentos desportivos especializados
	2310	N.º de equipamentos desportivos de espectáculo para a realização de provas nacionais e internacionais
	2311	Eventos de nível Internacional, no desporto de alto rendimento por modalidade
	311	Investimento em formação / Investimento Total
	312	Melhoria da estrutura de qualificações da população activa com mais de 25 anos
	313	Criação/remodelação/ampliação de centros formação, predominante orientados para novas áreas profissionais e/ou domínios de intervenção
	314	Aumento % professores qualificados para ensino/aprendizagem integrador das novas competências nos domínios aprendiz experimental, da educação para a cidadania e das TIC no universo dos docentes alvo
	321	Esforço do investimento, medido através da % do VABpm a afectar a FBCF

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

Domínio Organizações

Sub-Domínio Competitividade, Dinâmica, Especialização e internacionalização

N.º	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
	322	Investimento participado por modo e por habitante (Euros/hab.): Aéreo, Ferroviário (inclui fluvial), Rodoviário, Marítimo (inclui logística)
	323	Ha infra-estruturados para localização industrial
	324	Investimento PME's – investimento PME/investimento total QCA
	325	N.º de projectos de criação de infra-estruturas e equipamentos em rede
	326	Aumento anual de atletas federados por modalidade
	327	N.º e características dos equipamentos desportivos de base
	328	Área útil desportiva de base apoiada (PO)/Área útil desportiva de base
2	Nome_ind	Designação do Indicador
3	Dim_ana1	Dimensões de análise nível 1
	1	Dinâmica Económica
	2	Competitividade Internacional
	3	Factores de crescimento
4	Dim_ana2	Dimensões de análise nível 2
	11	Produtividade e dinâmicas de desenvolvimento
	12	Dinâmica empresarial e de emprego
	21	Especialização produtiva
	22	Grau de abertura
	23	Posição competitiva
	31	Formação dos recursos humanos
	32	Dinâmica de Investimento
5	Tip_ind	Tipo de Indicador
	1	SIFEC
	2	PO
	3	Conceptual
6	Niv_ind	Grau de prioridade do indicador
7	Font_Ins	Fonte do Indicador - Instituição
8	Font_Pub	Fonte do Indicador - Publicação
9	Period	Periodicidade
10	Des_temp	Desfasamento temporal (tempo que medeia entre o ano de referência da informação e o momento da sua disponibilização-considerado em anos)
11	For_calc	Fórmula de Cálculo

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)



N.º VARIÁVEL DESCRIÇÃO

Sub-objectivos estratégicos

(onde o valor 1 significa que existe relação entre o indicador e sub-objectivo estratégico e o valor 0 significa que tal relação é inexistente)

12	subj_122	Um sistema de cidades qualitativamente competitivas
13	subj_124	Dinamização e reconversão da base económica local que qualifique a iniciativa empresarial e o emprego
14	subj_131	Qualificar o efeito de capitalidade, dando coerência às redes de infra-estruturas e de equipamentos
15	subj_132	Criar Infra-estruturas adequadas à preparação e treino de alto rendimento desportivo
16	subj_133	Reforçar e alargar a vocação turística de lazer da Região
17	subj_134	Desenvolver integradamente novas competências logísticas
18	subj_135	Consolidar actividades e serviços financeiros no quadro dos movimentos de concentração e reestruturação à escala europeia, estruturando um centro financeiro com massa crítica
19	subj_213	Organizar e dinamizar fluxos de investimento português no exterior
20	subj_312	Um centro de competências internacionalmente reconhecido de ensino e formação em turismo/hotelaria e museologia
21	subj_313	Uma referência obrigatória para o mundo das empresas e das universidades no domínio dos congressos, feiras e outros encontros internacionais
22	subj_314	Um pólo de "indústrias de conteúdos" de língua portuguesa, sensíveis a condições naturais e paisagísticas de qualidade
23	subj_321	Desenvolver infra-estruturas de internacionalização e capacidades de gestão no domínio das actividades internacionalizadas
24	subj_322	Modernização administrativa, legislativa e organizacional para promover um quadro internacionalmente atractivo, de gestão flexível do tempo de trabalho e do tempo de funcionamento das actividades económicas e um quadro de parceria com decisão rápida em relação aos projectos e iniciativas do sector privado

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

N.º	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Medidas do Programa Operacional (onde o valor 1 significa que existe relação entre o indicador e a medida e o valor 0 significa que tal relação é inexistente)		
25	MedPO_11	P011 acessibilidades e equipamentos
26	MedPO_13	P013 capacidade institucional regional
27	MedPO_14	P014 formação para o desenvolvimento
28	MedPO_15	P015 acções específicas de valorização territorial
29	MedPO_21	P021 qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente territorial
30	MedPO_22	P022 qualificação das cidades e requalificação metropolitana – componente empregabilidade
31	MedPO_23	P023 VALTEJO – valorização do Tejo
32	MedPO_24	P024 formação e empregabilidade
33	MedPO_31	P031 promoção da formação qualificante e da transição para a vida activa
34	MedPO_32	P032 formação ao longo da vida e adaptabilidade
35	MedPO_33	P033 qualificação e inserção profissional dos desempregados
36	MedPO_34	P034 criação de emprego
37	MedPO_35	P035 eficácia e equidade das políticas
38	MedPO_37	P037 apoio ao investimento no desenvolvimento local e social
39	MedPO_38	P038 infra-estruturas de educação pré-escolar, ensino básico e secundário
40	MedPO_39	P039 ensino profissional
41	MedPO_310	P0310 economia
42	MedPO_312	P0312 sociedade de informação (FEDER)
43	MedPO_315	P0315 agricultura e desenvolvimento rural
44	MedPO_316	P0316 desenvolvimento de equipamentos desportivos

BASE DE DADOS

Indic	Nome_ind	Dim_ana1	Dim_ana2	Tip_ind	Niv_ind	Font_Ins	Font_Pub
111	Aumento da produtividade, medido através de VAB do sector/Pessoal ao serviço	1	11	1		DGDR	SIFEC
112	Produtividade do trabalho (POE) – taxa de cresc: vendas/custo trab.	1	11	1		DGDR	SIFEC
113	Redução da taxa de desemprego	1	11	1		DGDR	SIFEC
114	N.º proj reforço dinâmicas desenvol entre conjuntos urbanos apoiados	1	11	2		CCRLVT	PO
121	Balanço do emprego criado	1	12	1		DGDR	SIFEC
122	Postos de trab/ano criados à escala local e da micro-iniciativa	1	12	1		DGDR	SIFEC
123	Emprego criado em PME's – n.º de ETI nas PME/emprego total	1	12	1		DGDR	SIFEC
124	Taxa de crescimento (empresas apoiadas face ao total) VAB/Emprego	1	12	1		DGDR	SIFEC
125	Caracteriz as entidades empregadoras, por natureza	1	12	2		CCRLVT	PO
211	Caract das entidades apoiadas, por sector de actividade	2	21	2		CCRLVT	PO
212	Volume de negócios resultante de novos produtos, actividades inovadoras e novos potenciais de desenvolvimento / Total de volume de negócios das empresas	2	21	1		DGDR	SIFEC
213	Cidades da Região com mais de 50 000 hab com o estatuto de "Cidade digital"	2	21	1		DGDR	SIFEC
214	Coefficiente de Diversificação (sendo a situação antes do PO considerada como padrão)	2	21	3		DETEFP	Quadros Pessoal
221	Exportações / Volume de vendas	2	22	1		DGDR	SIFEC
222	QM por modos, merc. (Rodoviário, marítimo, aéreo, outros)	2	22	1		DGDR	SIFEC
223	Impacto do QCA na diversificação de mercados – volume de negócios para terceiros mercados / volume de negócios para mercados externos	2	22	1		DGDR	SIFEC
224	Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações	2	22	3		INE	An. Est. Reg.
231	Produção científica nacional anual referenciada internacional (SCI)	2	23	1		DGDR	SIFEC
232	Despesa I&D nas empresas (% do PIB)	2	23	1		DGDR	SIFEC
233	Investim. em inov. (POE) – invest. ID + inov./invest. tot.	2	23	1		DGDR	SIFEC
234	Congressos, seminários, workshops, apoiados PO	2	23	1		DGDR	SIFEC
235	Centros de Ciência Viva Criados	2	23	1		DGDR	SIFEC
236	N.º proj promoção e coop internac apoiados	2	23	2		CCRLVT	PO
237	N.º Caract. dos equip. desportivos especializados e de formação	2	23	3			Trat. Próprio
238	N.º de entidades desportivas federadas p/modalidade	2	23	3			Trat. Próprio
239	N.º de atletas de alta competição p/modalidade	2	23	3			Trat. próprio
2310	Eventos de nível Inter., no desporto de alto rend. p/modalidade	2	23	3			Trat. Próprio
2311	N.º de equip. desp. de espectáculo p/realização de provas nac. e Inter.	2	23	3			Trat. Próprio
311	Investimento em formação / Investimento Total	3	31	1		DGDR	SIFEC
312	Melhoria estrutura qualificações pop activa com mais de 25 anos	3	31	1		DGDR	SIFEC
313	Criação/remodel./ampliação de centros formação, predominante orientados para novas áreas profissionais e/ou domínios de intervenção	3	31	1		DGDR	SIFEC
314	Aumento % professores qualificados para ensino/aprendizagem integrador das novas compet nos domínios aprendiz experimental, da educação para a cidadania e das TIC no universo dos docentes alvo	3	31	1		DGDR	SIFEC
321	Esforço investim, medido através da % do VABpm a afectar a FBCF	3	32	1		DGDR	SIFEC
322	Invest participa por modo e por habit (Euros/hab): Aéreo, Ferroviário (inclui fluvial), Rodoviário, Marítimo (inclui logística)	3	32	1		DGDR	SIFEC
323	Ha infra-estruturados para localização industrial	3	32	1		DGDR	SIFEC
324	Investimento PME's – investimento PME / investimento total QCA	3	32	1		DGDR	SIFEC
325	N.º proj de criação de infra-estruturas e equipam em rede	3	32	2		CCRLVT	PO
326	N.º de equipamentos para activ. Física de lazer	3	32	3			Trat. Próprio
327	Área útil desp. de base apoiada (PO) / Área útil desp. de base	3	32	3			Trat. Próprio

Period	Des_temp	For_calc	Sobj_122	Sobj_124	Sobj_131	Sobj_132	Sobj_133	Sobj_134	Sobj_135	Sobj_213	Sobj_312	Sobj_313	Sobj_314	Sobj_321	Sobj_322
trimestral	0	VAB/L	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
trimestral	0		1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
trimestral	0		1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
trimestral	0		1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
trimestral	0		1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
trimestral	0		1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
trimestral	0		1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
trimestral	0		1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
trimestral	0		1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0
trimestral	0		1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0
trimestral	0		1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0
anual	3		1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0
trimestral	0		0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0
trimestral	0		0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0
trimestral	0		0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0
anual	1		0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0
trimestral	0		0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0
trimestral	0		0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0
trimestral	0		0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0
trimestral	0		0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0
trimestral	0		0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0
trimestral	0		0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0
anual	0		0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
anual	0		0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
anual	0		0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
anual	0		0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
trimestral	0		0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1
trimestral	0		0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1
trimestral	0		0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1
trimestral	0		0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1
trimestral	0		0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0
trimestral	0		0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0
trimestral	0		0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0
anual	0		0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
anual	0		0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

Indic	Nome_ind	MedPO_11	MedPO_13	MedPO_14	MedPO_15	MedPO_22	MedPO_23
111	Aumento da produtividade, medido através de VAB do sector/Pessoal ao serviço	1	1	1	1	1	0
112	Produtividade do trabalho (POE) – taxa de cresc: vendas/custo trab.	1	1	1	1	1	0
113	Redução da taxa de desemprego	1	1	1	1	1	0
114	N.º proj reforço dinâmicas desenvol entre conjuntos urbanos apoiados	1	1	1	1	1	0
121	Balanço do emprego criado	0	0	0	0	1	1
122	Postos de trab/ano criados à escala local e da micro-iniciativa	0	0	0	0	1	1
123	Emprego criado em PME's – n.º de ETI nas PME/emprego total	0	0	0	0	1	1
124	Taxa de crescimento (empresas apoiadas face ao total) VAB/Emprego	0	0	0	0	1	1
125	Caracteriz as entidades empregadoras, por natureza	0	0	0	0	1	1
211	Caract das entidades apoiadas, por sector de actividade	0	0	0	1	1	1
212	Volume de negócios resultante de novos produtos, actividades inovadoras e novos potenciais de desenvolvimento / Total de volume de negócios das empresas	0	0	0	1	1	1
213	Cidades da Região com mais de 50 000 hab com o estatuto de "Cidade digital"	0	0	0	1	1	1
214	Coefficiente de Diversificação (sendo a situação antes do PO considerada como padrão)	0	0	0	1	1	1
221	Exportações / Volume de vendas	0	1	0	0	1	1
222	QM por modos, merc. (Rodoviário, marítimo, aéreo, outros)	0	1	0	0	1	1
223	Impacto do QCA na diversificação de mercados – volume de negócios para terceiros mercados / volume de negócios para mercados externos	0	1	0	0	1	1
224	Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações	0	1	0	0	1	1
231	Produção científica nacional anual referenciada internacional (SCI)	0	1	1	1	1	0
232	Despesa I&D nas empresas (% do PIB)	0	1	1	1	1	0
233	Investim. em inov. (POE) – invest. ID + inov./invest. tot.	0	1	1	1	1	0
234	Congressos, seminários, workshops, apoiados PO	0	1	1	1	1	0
235	Centros de Ciência Viva Criados	0	1	1	1	1	0
236	N.º proj promoção e coop internac apoiados	0	1	1	1	1	0
237	N.º Caract. dos equip. desportivos especializados e de formação	0	0	0	0	0	0
238	N.º de entidades desportivas federadas p/modalidade	0	0	0	0	0	0
239	N.º de atletas de alta competição p/modalidade	0	0	0	0	0	0
2310	Eventos de nível Inter., no desporto de alto rend. p/modalidade	0	0	0	0	0	0
2311	N.º de equip. desp. de espectáculo p/realização de provas nac. e Inter.	0	0	0	0	0	0
311	Investimento em formação / Investimento Total	0	0	1	0	1	0
312	Melhoria estrutura qualificações pop activa com mais de 25 anos	0	0	1	0	1	0
313	Criação/remodel./ampliação de centros formação, predominante orientados para novas áreas profissionais e/ou domínios de intervenção	0	0	1	0	1	0
314	Aumento % professores qualificados para ensino/aprendizagem integrador das novas compet nos domínios aprendiz experimental, da educação para a cidadania e das TIC no universo dos docentes alvo	0	0	1	0	1	0
321	Esforço investim, medido através da % do VABpm a afectar a FBCF	1	1	0	1	1	0
322	Invest participa por modo e por habit (Euros/hab): Aéreo, Ferroviário (inclui fluvial), Rodoviário, Marítimo (inclui logística)	1	1	0	1	1	0
323	Ha infra-estruturados para localização industrial	1	1	0	1	1	0
324	Investimento PME's – investimento PME / investimento total QCA	1	1	0	1	1	0
325	N.º proj de criação de infra-estruturas e equipam em rede	1	1	0	1	1	0
326	N.º de equipamentos para activ. Física de lazer	0	0	0	0	0	0
327	Área útil desp. de base apoiada (PO) / Área útil desp. de base	0	0	0	0	0	0

ESTRUTURA DA BASE DE DADOS

N.º	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
1	Indic	Código do Indicador
	111	Varição das despesas de I&D / PIB regional
	112	Varição das despesas de I&D das Empresas na região / PIB regional
	113	Varição das despesas de I&D (Hortofruticultura, viticultura e floresta) / VAB dos sectores
	114	Varição das despesas de I&D (Oceanos)
	115	Aumento no n.º de patentes registadas na região / população
	116	Varição do n.º de projectos em consórcios internacionais de I&D
	117	n.º de acções de intercâmbio internacional de cientistas
	211	Varição do n.º de empresas certificadas na região
	212	n.º de pedidos de direitos de propriedade industrial
	213	n.º de participantes em brokerage events na região
	214	% de empresas satisfeita com os serviços prestados
	311	Varição das despesas de I&D em Projectos Universidade-Empresa
	312	Contratos de inserção de investigadores em empresas
	313	n.º de novas empresas de base tecnológica criadas nos últimos 3 anos
	314	Apoio às actividades de transferência de tecnologia
	315	Varição no n.º de empresas que declaram ter introduzido inovações
	316	Vendas de produtos/serviços novos em % das vendas totais
	317	Despesas de inovação em % das vendas totais
	411	Varição no n.º de pedidos de informação na região Oeste
	412	Varição no n.º de pedidos de informação
2	Nome_ind	Designação do Indicador
3	Dim_ana1	Dimensões de análise nível 1
	1	Actividades de I&D
	2	Apoio Tecnológico
	3	Transferência de Tecnologia
	4	Serviços de Informação às Empresas
4	Dim_ana2	Dimensões de análise nível 2
5	Tip_ind	Tipo de Indicador
	1	SIFEC
	2	PO
	3	Conceptual

(CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE)

Domínio Organizações

Sub-Domínio Inovação

N.º	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
6	Niv_ind	Grau de prioridade do indicador
7	Font_Ins	Fonte do Indicador - Instituição
8	Font_Pub	Fonte do Indicador - Publicação
9	Period	Periodicidade
10	Des_temp	Desfasamento temporal (tempo que medeia entre o ano de referência da informação e o momento da sua disponibilização-considerado em anos)
11	For_calc	Fórmula de Cálculo

Sub-objectivos estratégicos

(onde o valor 1 significa que existe relação entre o indicador e sub-objectivo estratégico e o valor 0 significa que tal relação é inexistente)

12	subj_121	Um mundo rural ambientalmente sustentável e multifuncional
13	subj_124	Dinamização e reconversão da base económica local que qualifique a iniciativa empresarial e do emprego
14	subj_212	A cultura e as ideias, veículos privilegiados de aproximação: arte, investigação cooperação, três domínios prioritários
15	subj_221	Atração de quadros séniores: mudar de vida, manter-se activo
16	subj_311	Um papel importante numa questão de relevo mundial. O conhecimento dos oceanos
17	subj_315	Um centro aglutinador de experiências e de instituições ao serviço da inovação, da valorização dos resultados, da investigação e da atracção e apoio às iniciativas de risco

Medidas do Programa Operacional

(onde o valor 1 significa que existe relação entre o indicador e a medida e o valor 0 significa que tal relação é inexistente)

18	MedPO_13	P013 Capacidade institucional regional
19	MedPO_15	P015 Acções específicas de valorização territorial
20	MedPO_24	P024 Formação e empregabilidade
21	MedPO_32	P032 Formação ao longo da vida e adaptabilidade
22	MedPO_34	P034 Criação de emprego
23	MedPO_37	P037 Apoio ao investimento no desenvolvimento local e social
24	MedPO_310	P0310 Economia
25	MedPO_311	P0311 Ciência, Tecnologia e Inovação
26	MedPO_315	P0315 Agricultura e desenvolvimento rural

BASE DE DADOS

Indic	Nome_ind	Dim_ana1	Dim_ana2	Tip_ind	Niv_ind	Font_Ins	Font_Pub	Period	Des_temp
111	Varição das despesas de I&D / PIB regional	1		3		OCT	IPCTN	bienal	2
112	Varição das despesas de I&D das Empresas na região / PIB regional	1		3		OCT	IPCTN	bienal	2
113	Varição das despesas de I&D (Hortofruticultura, viticultura e floresta) / VAB dos sectores	1		3		OCT	IPCTN	bienal	2
114	Varição das despesas de I&D (Oceanos)	1		3		OCT	IPCTN	bienal	2
115	Aumento no n.º de patentes registadas na região / população	1		3		INPI	BD INPI	anual	0
116	Varição do n.º de projectos em consórcios internacionais de I&D	1		3		OCT	FCT	anual	0
117	n.º de acções de intercâmbio internacional de cientistas	1		3		OCT	FCT	anual	0
211	Varição do n.º de empresas certificadas na região	2		3		Certif.	inquérito /sensores	anual	0
212	n.º de pedidos de direitos de propriedade industrial	2		1		PO	SIFEC	anual	0
213	n.º de participantes em brokerage events na região	2		3		AdI	AdI	anual	0
214	% de empresas satisfeita com os serviços prestados	2		3		CCRLVT	inquérito /sensores	anual	0
311	Varição das despesas de I&D em Projectos Universidade-Empresa	3		3		OCT	FCT e POE	anual	0
312	Contratos de inserção de investigadores em empresas	3		1		PO	SIFEC	anual	0
313	n.º de novas empresas de base tecnológica criadas nos últimos 3 anos	3		3		IAPMEI	IAPMEI	anual	0
314	Apoio às actividades de transferência de tecnologia	3		1		PO	SIFEC	anual	0
315	Varição no n.º de empresas que declaram ter introduzido inovações	3		3		OCT	CIS ii	bienal	2
316	Vendas de produtos / serviços novos em % das vendas totais	3		1		PO	SIFEC	anual	0
317	Despesas de inovação em % das vendas totais	3		1		PO	SIFEC	anual	0
411	Varição no n.º de pedidos de informação na região Oeste	4		3		CCRLVT	inquérito /sensores	anual	0
412	Varição no n.º de pedidos de informação	4		3		CCRLVT	inquérito /sensores	anual	0

For_calc	Sobj_121	Sobj_124	Sobj_212	Sobj_221	Sobj_311	Sobj_315	MedPO_13	MedPO_15	MedPO_24	MedPO_32	MedPO_34	MedPO_37	MedPO310	MedPO311	MedPO315
	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0
	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0
	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0
	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0
	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0
	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0

